

REVISTA REDAÇÃO	05
PROFESSOR: Lucas Rocha	
DISCIPLINA: Redação	DATA: 03/03/2013

Ansiedade profissional: normal ou paralisante? (ANDREIA CALÇADA)

A ansiedade é uma emoção normal, combustível para a busca de crescimento pessoal e profissional. Mas, quando é acionada incessantemente, o organismo entra em colapso, podendo até provocar o surgimento de psicopatologias



DE ACORDO com Leite e outros (2006), atualmente, as discussões apresentam definições e conceitos de ansiedade tanto como um sintoma quanto como uma patologia, que envolve aspectos multifatoriais, de caráter somático ou cognitivo. Normalmente, pode se manifestar em circunstâncias que denotem algum perigo eminente originado por uma situação ameaçadora em específico ou, simplesmente, por alterações em nosso meio ambiente, arroladas no processo de desenvolvimento econômico, social e cultural.

Mas para entender a ansiedade na sociedade é preciso compreender os aspectos socioeconômicos e culturais nos quais o trabalho encontra-se inserido. A competitividade acirrada, o mercado de trabalho altamente exigente e o medo do desemprego são fatores importantes nesse entendimento. A pressão por resultados e o desejo de promoção são aspectos importantes que desencadeiam grandes crises de ansiedade.

A sociedade contemporânea imersa em uma cultura de consumo e de um mercado voltado à competitividade acirrada envolve suas empresas e, conseqüentemente, seus funcionários em uma cultura que muitas vezes desenvolve um alto nível de ansiedade, gerando o medo de perder o "lugar" ao sol. Portanto, não podemos retirar a ansiedade vinculada ao trabalho desse contexto, apenas patologizando o indivíduo pelos sintomas que apresenta.

Para entender a ansiedade na sociedade é preciso compreender os aspectos socioeconômicos e culturais nos quais o trabalho encontra-se inserido

É importante entender que a ansiedade é uma emoção normal. Ela é combustível para a busca de crescimento, seja ele pessoal ou profissional. Desde que bem manejada, pode ajudar o profissional, buscando, por exemplo, o aprimoramento, ou ainda outras oportunidades. A ansiedade é um estado de alerta que coloca o organismo pronto para ação. Quando tal mecanismo fisiológico é acionado incessantemente, o organismo entra em colapso gerando patologia, como se vivesse sempre indefeso em estado de alerta frente ao perigo. Uma sensação de desamparo e perigo, estes em sua maioria imaginários em detrimento dos reais.

Fora de controle

No estado incontrolado de ansiedade, o indivíduo torna-se extremamente atento às sensações internas e apresenta dificuldades em racionalizar e interpretar os fatos circundantes de forma realista e adequada. O medo o domina e os pensamentos negativos passam a ser seus guias. Por exemplo, profissionalmente, a sensação de que algo iminente vai acontecer, que poderá levá-lo a perder o emprego. Tal medo torna-se tão real, mesmo que não existam dados reais para que acredite nessa hipótese. Imagens aterrorizantes de fracasso e pobreza podem vir à tona com frequência, aumentando o apavoramento como em um *looping* dos horrores.

Além da própria genética e da sociedade moderna na qual vivemos, existem outros fatores que podem propiciar o aumento da ansiedade, atrapalhando o desenvolvimento profissional. As relações familiares, o amparo (ou desamparo) e modelos aprendidos no ambiente familiar são também contribuições importantes na estruturação da personalidade. Famílias muito rígidas ou famílias negligentes podem implicar em dificuldades, inclusive na escolha profissional e na estruturação da autoestima. De acordo com Hutz e Bardagir (2006), os estilos parentais afetam o desenvolvimento dos filhos de forma global, na formação de competências básicas que gradativamente influenciam comportamentos complexos como a decisão profissional. Por isso, as interações familiares tornam-se ainda mais importantes na compreensão das situações vivenciadas pelos filhos na adolescência, sendo um referencial de análise fundamental também em etapas posteriores da socialização.

No estado incontrolado de ansiedade, o indivíduo torna-se extremamente atento às sensações internas e apresenta dificuldades em racionalizar



A ansiedade é um estado de alerta que coloca o organismo pronto para ação que, bem manejada, pode ajudar o profissional, buscando, por exemplo, se aprimorar ou procurar outras oportunidades

agradar todo mundo. "Quem sofre de ansiedade não consegue estabelecer limites", alerta Homero Reis. Portanto, dar limites ao chefe e colegas de trabalho, bem como assumir somente aquilo que pode cumprir, diminui a carga de cobrança externa e interna. É importante que cada um estabeleça prioridades e as cumpra sem o acúmulo excessivo de tarefas.



A competitividade acirrada, o mercado de trabalho altamente exigente e o medo do desemprego são fatores que desencadeiam grandes crises de ansiedade na população, de modo geral

A rigidez familiar bem como a negligência frente ao desenvolvimento dos filhos podem levar ao desenvolvimento de crenças centrais vinculadas à ausência de competência, assim como à incapacidade de resolução de conflitos e problemas nas interações profissionais. Tais crenças centrais podem gerar cobrança interna excessiva e uma hipervigilância frente à ausência de autoconfiança que tendem a ser paralisantes.

A insegurança em relação às próprias habilidades e o medo de não conseguir cumprir as tarefas do cargo são as maiores fontes de ansiedade profissional, segundo o coach Homero Reis, em site da Catho Educação Executiva. A solução para o problema, de acordo com ele, começa com preparação e treino. "O fato de não conseguir ou achar que não sabe fazer alguma coisa é o que traz ansiedade", diz. O treinamento e domínio sobre o que se faz é a chave para a diminuição e controle da ansiedade bem como modificação de crenças, como a sensação de incapacidade.

Ainda segundo o *coach*, outro comportamento que alimenta a tensão dos ansiosos é a preocupação em querer

Alguns sintomas

No aspecto cognitivo, as reações e/ ou sintomas podem ser caracterizados por sentimentos subjetivos como apreensão, tensão, medo, tremores indefinidos, impaciência, entre outros; no aspecto somático, por alterações fisiológicas nos vários sistemas do organismo, como taquicardia, vômitos, diarreia, cefaleia, insônia e outros. Estes sintomas não são prejudiciais ao organismo, na verdade são benéficos; a função da ansiedade é protegê-lo e não prejudicá-lo. No entanto, podem adquirir contornos patológicos e variar em frequência, duração ou intensidade, de pessoa para pessoa. Podemos entender que um alto nível de ansiedade gerou um transtorno quando dificulta ou impede o curso normal de vida daquele que sofre de ansiedade.

A classificação atual de ansiedade reúne as perturbações experimentadas nas classes dos transtornos de ansiedade, de acordo com critérios bem definidos e estabelecidos pela Associação Psiquiátrica Americana na 4ª edição do Manual de Diagnóstico e Estatística (DSM-IV), a saber: transtorno do pânico sem agorafobia, transtorno do pânico com agorafobia, agorafobia sem histórico de transtorno do pânico, transtorno de ansiedade generalizado, fobia social, fobia específica, transtorno obsessivo-compulsivo, transtorno de estresse pós-traumático, transtorno de estresse agudo, transtorno de ansiedade sem outra especificação (SOE), transtorno de ansiedade devido à condição médica geral e transtorno de ansiedade induzido por substância. Fatores genéticos, ambientais e de experiências vividas de caráter sofrido, durante o desenvolvimento da personalidade, parecem estar associados à ansiedade clínica.

Além da própria genética e da sociedade moderna na qual vivemos, existem outros fatores que podem propiciar o aumento da ansiedade

Recentes estudos norte-americanos, de abrangência significativa, revelaram que 25% das pessoas apresentam algum tipo de transtorno de ansiedade ao longo de suas vidas.

Ansiedade e carreira

Vivemos a cultura do consumo e do imediatismo, graças à era da informática e da internet. Não por acaso são frequentes os profissionais que se preocupam em mudar de emprego com rapidez, em busca, principalmente, de melhores salários. De acordo com Robert Half, empresa de recrutamento de recursos humanos, o mercado aquecido é situação perfeita para quem é competente e almeja um novo emprego, desde que sejam tomados certos cuidados. E o principal deles se refere à ansiedade em conquistar um lugar ao sol. A dica vale especialmente para a geração Y, afoita por uma rápida ascensão profissional e, normalmente, pouco preocupada com a constante mudança de empregos. Ficar seis meses em cada companhia pode até ser desafiador do ponto de vista pessoal, mas compromete a imagem do profissional junto ao mercado. Por isso, é importante analisar as propostas com serenidade e encarar a troca de trabalho como uma decisão estratégica, com consequências em longo prazo. Nesse sentido, vale ressaltar que a remuneração é apenas mais um dos fatores, e não o principal, que pesam nessa decisão. Mudar de emprego de olho apenas em um salário mais gordo é um erro comum entre jovens profissionais. Hoje em dia, na hora da contratação, as companhias levam em consideração não apenas a expertise do candidato, mas também a forma como foi conduzida a sua carreira.

Classificação dos transtornos

Ampliando essa caracterização, de acordo com a classificação dos transtornos de ansiedade do DSM IV in www.inecusp.org: O transtorno de ansiedade generalizada é um estado de apreensão ou preocupação constante, de intensidade flutuante cuja causa não é identificável. Geralmente é acompanhado de tensão motora, irritabilidade e perturbações do sono. É persistente, com duração de pelo menos 6 meses.

O transtorno do pânico caracteriza-se pela ocorrência de crises ou ataques de pânico repetidos, acompanhados pela sensação de medo intenso, com frequência de quatro episódios em um mês. Geralmente esses ataques são caracterizados por súbitos episódios de terror, nos quais a pessoa pode sentir alguns sinais como palpitações, falta de ar, palidez, tontura e náuseas. Os ataques de pânico são imprevisíveis e a pessoa teme persistentemente ter outro ataque.

O transtorno obsessivo-compulsivo (TOC) caracteriza-se pela ocorrência involuntária de representações, imagens ou impulsos repetitivos involuntários que podem ser acompanhados da necessidade imperiosa de realizar comportamentos estereotipados ou rituais, como, por exemplo, lavar repetidamente as mãos por acreditar que estão contaminadas ou expressar comportamentos de limpeza para aliviar a ansiedade (compulsão). As compulsões podem ser acompanhadas ou não das obsessões.



• Pavor na multidão •

Agorafobia (do grego ágora - assembleia; reunião de pessoas; multidão + phobos - medo) é originalmente o medo de estar em espaços abertos ou no meio de uma multidão. Em realidade, o agorafóbico teme a multidão pelo medo de que não possa sair do meio dela caso se sinta mal, e não pelo medo da multidão em si. Muitas vezes é sequela de transtorno do pânico.



No estado incontrolado de ansiedade, o indivíduo torna-se extremamente atento às sensações internas e o medo passa a ser real, mesmo que não existam dados para se acreditar nessa hipótese

As interações familiares tornam-se ainda mais importantes na compreensão das situações vivenciadas pelos filhos na adolescência

Os tratamentos são realizados com psicoterapia e/ou farmacoterapia. No primeiro caso, alguns pacientes são submetidos a exposições prolongadas à situação ou ao objeto temido e, em outros, à terapia cognitiva, que visa modificar a maneira com que o paciente interpreta os sinais corporais.



Famílias muito rígidas ou negligentes podem afetar o desenvolvimento dos filhos de forma global, na formação de competências básicas que gradativamente influenciam comportamentos, causando ansiedade



• Cuidado com a medicação •

Benzodiazepínicos são fármacos ansiolíticos utilizados como sedativos, hipnóticos, relaxantes musculares, para amnésia anterógrada e atividade anticonvulsivante. A capacidade de causar depressão no SNC deste grupo de fármacos é limitada, todavia, em doses altas, podem levar ao coma

Como dito anteriormente, o tratamento consiste basicamente no enfrentamento das situações ansiogênicas, confrontando crenças e pensamentos disfuncionais do paciente acerca do trabalho, relacionamentos e sobre si mesmo e seu desempenho, buscando ajudá-lo a olhar a mesma situação a partir de novos ângulos. A forma como um indivíduo pensa sobre si mesmo e o mundo que o cerca determina o que sente e a forma como reage. Se por exemplo uma pessoa acredita que não pode falhar nunca, de forma rígida, se sentirá com medo sempre, a tensão aumentará e poderá desenvolver reações inadequadas a esse pensamento. Crenças relacionadas também à forma de lidar com a autoridade podem gerar graves problemas no trabalho. Ressignificar tais crenças e torná-las mais flexíveis são estratégias fundamentais no

tratamento dos transtornos de ansiedade. Ressignificar também a compreensão dos sintomas de ansiedade e levar o paciente a entendê-los, seja através da psicoeducação, ou através do contato com o corpo, os sentimentos e a respiração, são prioritários no controle e manejo dos sintomas, fazendo com que o paciente volte a se apropriar de seu corpo, desejos e de sua própria vida. Já nos tratamentos com uso de fármacos, normalmente são utilizados os da classe dos benzodiazepínicos (ansiolíticos, sedativo-hipnóticos, anticonvulsivantes e miorelaxantes), da classe dos antidepressivos tricíclicos e da classe dos inibidores seletivos de recaptção de serotonina.

Intensidades diferentes

A psicóloga Ana Beatriz Silva diz em seu livro *Mentes ansiosas*: "Segundo a Associação de Psiquiatria Americana (APA), os transtornos de ansiedade* são vários, e a principal característica deles, além da presença de ansiedade, é o comportamento de esquiva, ou seja, a pessoa tende a evitar determinadas situações nas quais a ansiedade exacerbada pode deflagrar". Dentro desse leque, o medo patológico pode se manifestar de diversas formas e em graus de intensidade diferentes, tais como:

- Súbitos ataques de pânico, que podem evoluir para o transtorno do pânico.
- Fobia social ou timidez patológica, na qual as pessoas percebem ameaças potenciais em situações sociais e em exposição em público.
- Medos diversos ou fobias simples, cuja ameaça provém de estímulos bem específicos (animais, lugares fechados, chuvas, avião etc.).
- Transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), quando vivemos experiências traumáticas significativas (sequestros, perdas de entes queridos, acidentes etc.).
- Transtorno de ansiedade generalizada (TAG), que se caracteriza por um estado permanente de ansiedade, sem qualquer associação direta com situações ou objetos específicos.
- Transtorno obsessivo-compulsivo (TOC), no qual a mente é invadida por pensamentos intrusivos e sempre de conteúdo ruim (obsessões), que desencadeiam rituais repetitivos e exaustivos (compulsões), na tentativa de exorcizar tais ideias.

A insegurança em relação às próprias habilidades e o medo de não conseguir cumprir as tarefas do cargo são as maiores fontes de ansiedade profissional



Outro comportamento que alimenta a ansiedade é a necessidade de querer agradar todo mundo, porque não estabelece limites e possui alta carga de cobrança externa e interna

Limites no trabalho

É importante que o funcionário tenha claro seus limites e busque realizar o máximo que pode, deixando de lado o perfeccionismo que o faz buscar limites irrealistas para a efetivação de seu trabalho. A sensação de que o que faz nunca é bom o suficiente, e de que alguma crítica aterradora virá, gera altos níveis de ansiedade. Caso esteja nessa situação, sem que consiga racionalizar os pensamentos, a sugestão que os especialistas dão é a de pedir ajuda e opinião externas. Saber lidar com a crítica é treinamento importante, sabendo ouvir bem, como reconhecer falhas e qualidades. Procurar os dados de realidade na ocorrência dos fatos é sempre o melhor caminho para buscar soluções. Ser justo, portanto, tanto com o outro como consigo mesmo é uma boa forma de colocar a cabeça no travesseiro e dormir tranquilo.

As profissões com maior nível de responsabilidade decisória e riscos, além do estabelecimento de metas, são aquelas que geram maiores níveis de ansiedade. Para conviver bem com a ansiedade e usá-la a favor do crescimento e bom desempenho profissional é fundamental que antes de tudo tenha-se claro que o trabalho "é uma parte importante da vida e não a vida como um todo". Não pode tomar conta de todas as relações que envolvem a vida de uma pessoa. Ela deve aprender a limitar tal interferência mesmo que para isso precise estabelecer como objetivo a mudança de área ou empresa.

O status que um bom cargo ou promoção fornecem, bem como as boas sensações e o poder que advêm de um cargo, muitas vezes "sobe à cabeça", deixando o indivíduo escravo destes. Torna uma pessoa reduzida ao ser gerente, diretor ou engenheiro, fazendo-o esquecer de coisas simples, levando à cobrança

da perfeição para que não perca a essência da conquista realizada. Para que isso não aconteça, é importante que outros prazeres, além do trabalho, sejam mantidos, que os relacionamentos sejam cultivados, ampliando os diálogos e as ideias. A criatividade deve ser estimulada na busca de alternativas de vida mais saudáveis caso o trabalho seja um motivo real para a ansiedade. Buscar cultivar o bom humor é algo fundamental para esse gerenciamento.

A ajuda psicoterapêutica, e por vezes medicamentosa, pode ser grande aliada na busca desse equilíbrio

A realização de atividades físicas é recomendação médica nesse controle. Buscar olhar as dificuldades por outros ângulos é fundamental. Caso seja difícil realizar tal intento sem ajuda, a busca de um especialista é recomendada. A ajuda psicoterapêutica, e por vezes medicamentosa, pode ser grande aliada na busca desse equilíbrio.

Referências

Araújo, S. R. C. de; Mello, M. T. de; Leite, J. R. **Transtornos de ansiedade e exercício físico**. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, v. 29, n. 2, São Paulo, jun. 2007, Epub 27/nov./2006.

<http://gnt.globo.com/carreira-e-financas/dicas/Como-controlar-a-ansiedade-notrabalho-veja-dicas-praticas.shtml>

Fonte: CATHO EDUCAÇÃO EXECUTIVA - Cursos on-line, cursos executivos, cursos de formação, MBA, MBA online, artigos.

Os desafios de um mercado aquecido, in www.roberthalf.com.br acessado em 18/ out./2012.

Hutz, C. S. B.; Patta, M. **Indecisão profissional, ansiedade e depressão na adolescência: a influência dos estilos parentais**. *Psico-USF*, v. 11, n. 1, p. 65-73, jan./jun. 2006.

http://www.inecusp.org/cursos/cursoIII/classificacao_transtornos_ansiedade.htm

Silva, A. B. **Mentes ansiosas**.

ANDREIA CALÇADA é psicóloga e psicoterapeuta. Especialista em Psicologia e Psicopedagogia Clínica, especialista pelo IPUB em Neuropsicologia. Professora de cursos sobre Avaliação Psicológica e experiência de 10 anos em Psicologia Jurídica. Autora do livro *Falsas acusações de abuso sexual - o outro lado da história*. **Revista PSIQUE, Fevereiro de 2013**.

Para onde caminha a humanidade (ALEXANDRE QUARESMA)

O futuro que estamos construindo será o resultado de tudo isso que plasmamos tecnologicamente em torno de nós, em interação diametral com as novas sensibilidades e capacitações sociais e humanas que formos capazes de obter, absorver e consolidar

Para onde caminha a humanidade? Esta pergunta, estrutural do ponto de vista antropológico, nos remete imediatamente a uma imensa gama de atividades tecnológicas notadamente humanas que, de certa forma, caracterizam nossa história atual e também pregressa no próprio planeta, e que vão se acumulando em termos de saberes, conhecimentos e aplicações.

Para sermos o que somos hoje – afirmamos – apoiamos-nos em nossas criações tecnológicas. O domínio do fogo e o lascar da pedra no fim do Período Neolítico, nesse contexto, são eventos que trazem um empoderamento muito significativo para esta espécie que nascia naqueles dias de extrema competitividade biológica. Com o passar dos tempos, e em especial em nossa história mais recente, criamos e implementamos outras invenções e inovações tecnológicas importantes – como a escrita, a matemática, a roda, a vela, a bússola e a pólvora, para citar apenas algumas – que foram se somando e se cristalizando nas culturas como um todo, paulatinamente, o que veio garantir (à espécie) sobrevivência e permanência filogenética através das eras e milênios que iriam se suceder a partir de então. Foram estas mediações técnicas que garantiram e viabilizaram a nossa constituição antropológica e cultural, mas foram elas também que nos transformaram através dos tempos, pois deixaram em nós e em nossas culturas as marcas indeléveis das técnicas que, por si, geram – como Heidegger afirma, e



nós concordamos – uma dependência social da técnica pela própria técnica.

Mas não se tratou de um progresso linear, cumulativo e sempre crescente, como poderíamos acreditar, e, sim, de uma história extensa e enviesada, complexa e rebuscada, de um desenvolvimento lento da própria espécie que se estruturava dentro de seu dinâmico e multifacetado habitat, e de seres e mais seres que instintivamente lançaram os alicerces do que seria a nossa humanidade. **Complexidade** e complexificação cultural que vieram junto com a expansão cognitiva e sensorial corpórea destes primeiros homínidos, que emergiu, por sua vez, devido ao progressivo desenvolvimento biológico de nossos cérebros, em especial de nosso neocórtex, originando, assim, uma trajetória épica cheia de pontuais avanços e recuos, bonanças e crises, longuíssimos períodos de frio extremo ou calor calcinante, colapsos e extinções, todos estes efeitos e frutos do clima impiedoso das eras glaciais primitivas a se suceder, da extrema competitividade entre espécies e também do ambiente inóspito e até certo ponto hostil destes tempos primeiros, ora longínquos.

Fato é que foram acontecimentos ímpares que, na prática, serviram como imposições adaptativas necessárias para que esta espécie arguta e sagaz que se autodenomina *Homo sapiens* (homem sábio) pudesse advir, evoluir e se consolidar. Essa interface sempre tecnológica com o mundo ao nosso redor faz parte de nossa própria forma de concebê-lo e interagir com ele. Somos seres tecnológicos – se é que é lícito dizê-lo – *por natureza*. Para confirmar tal teoria, basta ver a infinidade de objetos técnicos que existem atualmente à nossa volta, e a importância considerável que damos a eles enquanto objetos estruturantes de nossa cultura, tornando-os úteis e até necessários ao fluir e refluir de nosso próprio dia-dia técnico-informático-computacional. Gostaria de atacar este assunto por duas frentes críticas distintas: A primeira é a do *empoderamento*. E a segunda é a do *desencanto*.

O EMPODERAMENTO

O empoderamento é um tanto quanto óbvio: Com as lascas de pedra, ossos e madeira, construímos nossas primeiras armas. Com a pele dos animais subjugados que nos serviram de alimento, vestimo-nos. Com o fogo espantamos os animais ferozes e mais ameaçadores, com ele nos aquecemos, cozinhamos os alimentos indigestos crus, nos adaptamos aos ambientes mais hostis, iluminamos as noites sem lua, desbravamos ambientes sombrios de cavernas e grutas, mais adiante fundimos os metais para construir os mais diversos objetos, enfim, forjamos instrumentos, constituímos ferramentas, concebemos novas tecnologias, demos formas intencionais aos materiais, e assim por diante.

Nos últimos cem anos há uma aceleração deste processo de complexificação tecnológica e atualmente implementamos aeronaves, telescópios, armas de destruição em massa, computadores, tablets, telefones e uma gigantesca rede informacional para conectá-los simultaneamente, gerando uma sensibilidade cibernética planetária. São todas próteses técnicas de diversas naturezas, alinhadas e convergentes, que estendem e mediam a nossa relação com o mundo, e esse mundo tecnicista que construímos é composto por satélites, sondas, robôs, supercomputadores, nanotecnologias, algoritmos evolucionários, redes neurais, bioengenheiramento, clonagem, bioimpressão, **geoengenharia**, e a lista – nesta virada de milênio – parece não ter fim. Toda esta infraestrutura técnica de extrema complexidade e sofisticação que construímos – oriunda destes mesmos conhecimentos e saberes técnicos que se constituem, e que perfaz todas as sociedades industrializadas – certamente traz um empoderamento para os grupos humanos perante o planeta e as demais espécies; todavia, este movimento já superou há muito tempo a esfera da sobrevivência como razão, e nossa proliferação desordenada e caótica tem posto em risco o meio ambiente que nos contém e, por conseguinte, a nossa própria sustentabilidade filogenética.

Para sermos o que somos hoje, nos apoiam em nossas criações tecnológicas. O domínio do fogo e o lascar da pedra no fim do Período Neolítico, nesse contexto, são eventos que trazem um empoderamento muito significativo para esta espécie

Teoria da Complexidade » Trata-se de uma visão interdisciplinar que abrange áreas distintas do conhecimento humano, como a Filosofia, a Epistemologia, a Linguística, a Química, a Física, a Física Quântica, a Meteorologia, a Estatística, a Biologia, a Sociologia, a Cosmologia, entre muitas outras. Esta disciplina se propõe a estudar os sistemas complexos adaptativos, os comportamentos emergentes, os sistemas de complexidade das redes, o equilíbrio termodinâmico e a auto-organização. Edgar Morin, Henri Atlan, Ilya Prigogine, Isabelle Stengers e Anthony Wilden são autores referência do pensamento complexo.

Geoengenharia » Ciência relativamente recente que estuda as possibilidades técnicas de interferência humana no clima e no próprio sistema organizacional do planeta em escala biosférica. Como pretende abranger sistemicamente áreas muito grandes e até globais, faz-se igualmente necessário – de preferência antes de implementar as prospecções – o estudo acerca dos possíveis desdobramentos negativos ou mesmo degradantes destas técnicas de interferência e controle, pois os efeitos colaterais podem superar as promessas de melhora das condições terrestres.

Tratamos de um empoderamento que propicia uma série de interferências, transformações e controles no mundo e em nós mesmos, alterando nossas relações com o ambiente, com nossos semelhantes e até com as forças criadoras do próprio universo que nos circunscribe; enfim, tais eventos implicam uma complexa reestruturação de nossa humanidade e civilização. Pois agora a nossa capacidade técnica de subjugar e explorar a Natureza vai do infinitesimal das nanotecnologias – o N da Convergência Tecnológica NBIC – passando pelo B de bio, que engloba todas as novas ciências biológicas – incluídas aí a clonagem, o bioengenhamento, a manipulação genética, a transgenia, a neoeugenia, isso para citar apenas algumas –, convergindo sinergeticamente também com o I de informação, informática e informatização – que de certa forma perfaz todas as demais subseções da mencionada sigla, até porque as **linguagens algorítmicas** e computacionais encontram-se presentes e fortemente enraizadas em todas as outras relações e mediações técnicas de nossas sociedades. E isso, diga-se, vale para todos os objetos de nossa cultura cibernética, ou cibercultural como alguns preferem dizer; dos mais simples aos mais complexos, culminando finalmente com o C de cognição, que seria a última fronteira biológica e até então impenetrável e incompreensível do corpo humano sendo rompida, emulada e, de certa maneira, violada, desmistificada e reificada tecnicamente através das neurociências de percepção.

Linguagem algorítmica » Algoritmos são fórmulas matemáticas hipercomplexas concebidas a partir de bits (zeros e uns), que servem para traduzir qualquer tipo de informação digital, além de operarem como forças motrizes de nossos hardwares e programas, garantindo que os protocolos e procedimentos técnicos intrínsecos aos sistemas operem e cooperem de forma harmoniosa e - uida, propiciando o que nós conhecemos como computação e conectividade.



Saber para onde estamos caminhando nos remets, imediatamente, a uma imensa gama de atividades tecnológicas que criamos em nossas sociedades

Quanto a este tópico (o empoderamento), vale lembrar que as tecnologias de fato *abrem várias portas*, mas também as *fecham*. Pois a maioria dos problemas socioambientais mais graves que temos que enfrentar na atualidade é fruto destas mesmas técnicas e tecnologias que tanto nos ajudam e ainda ajudam. Dito isto, retenhamos o seguinte: o empoderamento traz benefícios, mas também traz danos.

O DESENCANTAMENTO

A outra frente que gostaria de atacar com alguma brevidade é a *dodesencantamento*. Referimo-nos a todo este poder tecnológico acumulado e à disposição da espécie humana, potencialização técnica que gera uma situação no mínimo inquietante para nós mesmos, pois (1) vem desalojar e substituir as forças e potências criadoras da Natureza e de Deus em todos os sentidos pensáveis, instrumentando- nos tecnologicamente para estarmos aptos a realizar e engendrar a própria vida, (2) na medida em que expulsa o mistério, o simbolismo natural e o divino, desde os átomos até as esferas mais complexas da Natureza e da sociedade, passa concomitantemente a ocupar seus locus de poder, e assim (3) vai passando também a controlar e reger contextos profundos desta mesma Natureza e de nossa própria existência singular. A criação, o milagre da vida, os enigmas da Natureza, as forças do clima, o movimento dos astros e a própria ordem da evolução biológica repousam – pasmem – sob as mãos inábeis dos seres humanos da Pós-modernidade. Ou seja, o empoderamento traz também desencantamento, pois tudo pode ser calculado, quantificado, matematizado, controlado, explorado, replicado, comercializado e, principalmente, resignificado tecnologicamente. Nossas sociedades, ironicamente,

à medida que moldam seus ambientes, constituindo redes tecnológicas cada vez mais complexas, vão igualmente sendo moldadas por estas forças poderosíssimas que elas mesmas puseram em ação.

Agora, a nossa capacidade técnica de subjugar e explorar a Natureza vai do infinitesimal das nanotecnologias – o N da Convergência Tecnológica NBIC –, passando pelo B de bio, que engloba todas as novas ciências biológicas



A maioria dos problemas socioambientais mais graves que temos que enfrentar na atualidade é fruto de tecnologias que tanto nos ajudaram

CONCLUSÃO

Em resposta à nossa pergunta inicial, podemos afirmar que caminhamos rumo a um futuro de tecnicização e controle progressivos, onde a Natureza e o próprio ser humano são os objetos centrais das **bioprospeções**, e onde o natural e biológico de certo modo declinam, dando lugar a uma cultura cibernética e digital da eficiência, do controle e da informação. O problema se evidencia justamente quando percebemos que tais contextos parecem operar e evoluir alheios ao controle social, seguindo por caminhos tortuosos e difusos, na opacidade dos interesses numerários e geopolíticos de empresas e nações, alijando a coletividade das tomadas de decisão mais importantes e significativas acerca de seu futuro. Por outro lado, e retornando ao empoderamento que as tecnologias nos trazem, a própria internet e a cultura digital têm se mostrado excelente ferramenta para a criação de novas sensibilidades sociais e articulações políticas, e de certa maneira também estão transformando a face do mundo. Conclusivamente – afirmamos – o futuro que estamos construindo será o resultado de tudo isso que plasmamos tecnologicamente em torno de nós, em interação diametral com as novas sensibilidades e capacitações sociais e humanas que conseguirmos obter, absorver e consolidar nesta fricção ferbulhante das estruturas sociotécnicas a se constituir.

Bioprospeções » Como está em Trigueiro (200:, p. 116): “Prospecção da biodiversidade ‘bioprospectin’) foi de nido originalmente por Reid (1993) como a exploração da biodiversidade para obtenção de recursos genéticos e bioquímicos para efeito de futura comercialização”.

REFERÊNCIAS

TRIGUEIRO, **Michelangelo** (2009). Sociologia da tecnologia – Bioprospeção e legitimação. São Paulo: Centauro, 2009.

ALEXANDRE QUARESMA é escritor, ensaísta, pesquisador de tecnologias e consequências socioambientais. Autor dos livros *Nanocaos e a responsabilidade global*, *Humano-Pós-Humano – Bioética, dilemas e com itos da Pós-modernidade e Nanotecnologias: Zênite ou nadir?* É membro ativista da Renanosoma (Rede de Pesquisa em Nanotecnologia, Sociedade e Meio Ambiente) e vinculado à FDB (Fundação Amazônica de Defesa da Biosfera). a-quaresma@hotmail.com. **Revista Sociologia, Fevereiro de 2013.**

Homofobia, medo do gozo do outro



LISA FRANÇA

Perdi um aluno. Aluno é igual filho, para sempre. Lucas Fortuna, jornalista, árbitro profissional, não era mais meu aluno, nem eu sou mais professora, mas Lucas será sempre um pouco meu. Essa perda imensa é minha, é da família, dos seus amigos, companheiros de política, da sua cidade, e também do País. Não só pelo que Lucas foi, mas pelo que poderia realizar ainda. Sua morte brutal é um golpe nos nossos afetos, no nosso patriotismo e na nossa humanidade.

Diante do choque, ainda fico querendo tapar o sol com a peneira das ilusões. Se não havia facadas, quem sabe ele se machucou nas pedras já morto? Quem sabe não sentiu dor nenhuma, aquela pessoa tão doce, avessa à qualquer tipo de violência. Quem sabe se afogou alegremente quando pulava pelas pedras? Todos aqueles hematomas e machucados não pode-

riam ter sido causados no seu corpo inerte jogado aos arrecifes pelas ondas? Seria mais poético assim. Menos doída esta morte.

Difícil é engolir que Lucas tenha morrido porque alguém não suportou ver aquele belo jovem feliz.

Porque a homofobia é isto. Não suporto que o outro possa gozar diferente de mim. Não suporto que goze mais do que eu. Os homofóbicos na sua ignorância acham que a homossexualidade é muito mais do que é. E não só uma forma de haver-se com o corpo próprio. Uma opção inconsciente feita lá muito atrás na pureza da infância. Ser homossexual não é ser nem mais nem menos que ser hetero. Não garante mais gozo, mais ética, mais moral, nem mais perversidade. A diferença só se dá no âmbito da sexualidade, que é terreno do sagrado, do familiar, do mais íntimo, não é uma diferença para ser levada em conta na esfera pública. Embora a questão tenha de ser trazida sim para o social, diante da violação dos seus direitos, da discriminação, dos crimes e da violência sofrida.

São estarecedoras as estatísticas dos crimes cometidos contra homossexuais no Brasil. Houve um aumento de 13% nos últimos cinco anos. O risco de um homossexual ser assassinado no Brasil é 785% maior que nos Estados Unidos. O Relatório sobre Violência Homofóbica da Secretaria de Direitos Humanos registrou 6.809 denúncias de violações contra gays em 2011 (agressões físicas, ameaças, humilhações, discriminações, negligências, abusos sexuais e assassinatos). Estes são dados parciais porque só há registros de denúncias oficiais ao poder público.

O documento revela que a maioria dos casos

de violência homofóbica é praticada por pessoas conhecidas da vítima (61,9%), como familiares e vizinhos, e a maior parte das violências (42%) ocorre dentro de casa: 21,1% dos casos. As violências ocorridas em espaços públicos ficam acima de 30%. É muito maior entre os jovens, 47,1% das vítimas têm entre 15 e 29 anos de idade. Os registros indicam que uma mesma pessoa sofre várias violências e por mais de um agressor. "Os dados revelam uma média de 3,97 violações sofridas por cada uma das vítimas, o que parece indicar como a homofobia se faz presente no desejo de destruição (física, moral ou psicológica) não apenas da pessoa específica das vítimas, mas também do que elas representam – ou seja, da existência de pessoas gays em geral", conclui o relatório.

Maiores informações podem ser encontradas no site da secretaria <http://www.sdh.gov.br/clientes/sedh/sedh/brasilsem/relatorio-sobre-violencia-homofobica-no-brasil>.

Os jovens homossexuais não aceitam mais fechar-se em guetos, por isto sofrem mais violência. Lucas era assim, um jovem do seu tempo, participava da política, já havia sido secretário de Cultura da sua cidade aos 22 anos, e havia sido convidado para mais uma gestão. Quando o conheci, tinha acabado de passar no vestibular de jornalismo da UFG. Foi uma fala sua que nos convenceu a promover a mudança curricular do curso. Ele argumentava, tenho 16 anos e este currículo 20. Envergonhados, Lucas, nos despedimos de você com gratidão e saudade.

LISA FRANÇA é psicóloga e cineasta

Reflexões sobre a morte (ALCIR PÉCORA)



Em sua última máxima, La Rochefoucauld reflete sobre tema que absorvia jesuítas e jansenistas, no século 17

Detalhe de estela funerária romana do século 1 a.C. (Foto: Marie-Lan Nguyen/CC)

O EMBATE entre jesuítas e jansenistas que absorveu boa parte da vida religiosa, intelectual e política ao longo do século 17, na França, exibe uma de suas facetas mais esclarecedoras em torno do sentimento diante da morte. Assim, seguindo os passos dos *Exercícios Espirituais* de seu Patriarca, Inácio de Loyola, os jesuítas tendiam a enxergar na morte uma fertilíssima fonte de imaginação, que era também a mais importante ocasião de uma consciência do desengano dos bens mundanos,

traduzindo-se num ato de conversão em favor de uma vida racional e pia. Já os jansenistas, os quais, a certa altura, arrebatarem a aristocracia parisiense em revolta contra a crescente centralização monárquica, eram mais pessimistas sobre o que a morte pudesse oferecer de proveito à alma ou ao espírito humano – como seguramente nenhum bem oferecia ao corpo.

Mais próximo dessa última posição, o Duque François de La Rochefoucauld (1613-1680), um dos mais importantes homens de armas e letras do período, empregou-se a expor o seu pensamento a respeito da morte naquela que se tornou a última e mais longa de suas *Reflexões ou Sentenças e Máximas Morais*. Apresento a seguir uma modesta tentativa de traduzi-la, tomando por base o texto da quinta edição, de 1678:

“Após ter falado da falsidade de tantas virtudes aparentes, é razoável dizer alguma coisa da falsidade do desprezo pela morte. Eu quero falar sobre esse desprezo pela morte que os ímpios se vangloriam de retirar de suas próprias forças sem a esperança de uma vida melhor. Existe diferença entre suportar constantemente a morte e desprezá-la. O primeiro é bastante comum, porém creio que o outro jamais é sincero. Apesar disso, escreveu-se tudo o que poderia haver de mais persuasivo a respeito de a morte não ser um mal; os homens mais fracos, assim como os heróis, deram mil exemplos célebres para firmar essa opinião. Eu duvido, entretanto, que alguém de bom senso já tenha acreditado nisso; o esforço empregado para persuadir aos outros e a si mesmo bem demonstra que a empreitada não é fácil.

Podemos ter diversos motivos de desgosto na vida, porém jamais temos razão para desprezar a morte; mesmo aqueles que voluntariamente se entregam a ela não têm a morte por coisa tão pequena, e eles se horrorizam e repudiam-na, como os demais, se ela lhes chega por uma via distinta da que escolheram. A desigualdade que notamos na coragem de um número infinito de homens de valor deve-se a que a morte se revela de modos diferentes à sua imaginação e mostra-se mais presente num período do que em outro. Ocorre, assim, que após terem desprezado aquilo que não conhecem, eles temem enfim aquilo que conhecem. Se não quisermos acreditar que ela é o maior de todos os males, será preciso evitar encará-la em todas as suas circunstâncias. Os mais hábeis e os mais corajosos são os que encontram os pretextos mais honestos para impedirem-se de tomá-la em consideração.

Porém qualquer homem que saiba vê-la tal como é, acha que é uma coisa pavorosa. A necessidade de morrer gerava toda a constância dos filósofos. Eles acreditavam que era preciso ir de bom grado aonde não podiam deixar de ir; e, não podendo eternizar suas vidas, não há nada que tenham deixado de fazer para eternizar sua reputação e livrar do naufrágio o que não podia estar a salvo. Contentemo-nos com a boa disposição de não dizer a nós mesmos tudo aquilo que pensamos, e esperemos mais de nosso caráter do que desses frágeis arrazoados que nos fazem crer que podemos nos aproximar da morte com indiferença.



A mesma estela funerária romana, imitando o estilo grego clássico do século 5 a.C. - a serpente simboliza a alma do morto (Foto: Marie-Lan Nguyen/CC)

A glória de morrer sem abatimento, a esperança de ser lembrado com saudade, o desejo de deixar uma bela reputação, a confiança em estar livre das misérias da vida e em não mais depender dos caprichos da fortuna são remédios que não devem ser desprezados. Porém não devemos acreditar igualmente que sejam infalíveis. Eles fazem pela nossa confiança o mesmo que frequentemente faz uma simples cerca, na guerra, para dar confiança aos que devem se aproximar do lugar de onde atiram. Quando estamos afastados, imaginamos que ela possa cobrir-nos, porém, quando estamos próximos, achamos que é de pouca valia. É vanglória acreditar que a morte nos pareça de perto aquilo que julgamos de longe, e que nossos sentimentos, que não passam de fraquezas, sejam de uma têmpera forte o bastante para não sofrer dano algum na mais dura de todas as provas.

É também conhecer mal os efeitos do amor-próprio pensar que ele possa ajudar-nos a ter por nada aquilo que deve necessariamente destruí-lo; e a razão, na qual acreditamos encontrar tantos recursos, é, neste encontro, fraca demais para nos persuadir do que queremos. Ao contrário, é ela que mais frequentemente nos trai e que, ao invés de nos inspirar o desprezo pela morte, faz-nos descobrir o que tem de horrendo e terrível. Tudo o que a razão pode fazer por nós é aconselhar-nos a desviar os olhos para colocá-los em outros objetos.

Catão e Brutus escolheram os ilustres. Um criado, há algum tempo, contentou-se em dançar no cadafalso onde ia sofrer o suplício da roda. Assim, embora os motivos sejam diferentes, produzem os mesmos efeitos. De maneira que, por mais desproporção que haja entre os grandes homens e a gente comum, a verdade é que vimos uns e outros, mil vezes, receberem a morte com um mesmo rosto; porém, isto sempre ocorreu com a diferença de que, no desprezo que os grandes homens mostram pela morte, é o amor pela glória que lhes desvia a vista, e, no da gente comum, é apenas um efeito das parcas luzes que a impedem de conhecer o tamanho de seu mal e deixam-na livre para pensar em outra coisa”.

ALCIR PÉCORA escreve periodicamente para esta publicação. **Revista CULT, Fevereiro de 2013.**

Uma nova ciência moral (LUIZ FELIPE PONDÉ)

OUVI UMA dessas mulheres livres, dona de seu nariz e de seu corpo, dizer: "Que falta que faz um canalha!". Recentemente, um grande especialista e prático da alma humana, um terapeuta, me dizia se escandalizar com o fato de que mulheres inteligentes e emancipadas falam em consultórios de psicanalistas que querem que os homens as chamem de cachorras e as tratem como vagabundas na cama.

Como se escandalizar com o óbvio? Quem foi que disse que as mulheres não gostam de se sentirem vagabundas no sexo? Só quem, mui catolicamente, imaginou que querer ser tratada como vagabunda no sexo fosse fruto de opressão machista. Risadas? O que é um canalha? Refiro-me ao conceito de canalha. Um kantiano diria "o canalha em si". Claro, kantianos são pessoas que pensam que o mundo é o que eles pensam que é; no fundo, o kantiano é um puritano da razão aos olhos de qualquer cético. Sua "crítica da razão prática" nada mais é do que um canto monótono semelhante aos cantos das igrejas calvinistas. Qualquer um sabe que canalhas evoluem historicamente, como tudo mais. O grande personagem Palhares, do Nelson Rodrigues, esse filósofo brasileiro, é um tipo de canalha que não existe mais: o canalha romântico e sincero (que faz falta), apesar de que ele já identificara a necessidade de o canalha evoluir. Diriam os especialistas que Palhares tinha um claro "senso histórico".

Palhares mordeu o pescoço da cunhada caçula no corredor. E cunhadas gostosas são o segredo de um bom casamento. Palhares dizia que um canalha em sua época, os anos 1960, deveria evoluir para continuar a ser um bom canalha. No caso dele, isso significava assimilar os avanços da psicologia, levando suas vítimas para terapias de nudez e também para reuniões do Partido Comunista. Um canalha, afinal, deveria estar em dia com a sua época. Importantíssimo, no entendimento de nosso querido Palhares, seria um canalha entender que ser católico não ajudava mais ninguém a pegar mulher porque assustaria a presa. A sinceridade do Palhares estava no fato de ele se reconhecer canalha por vontade própria. Hoje em dia, o canalha "avançou" muito. Ele identifica "causas externas" para sua condição de canalha, ou, melhor ainda, não reconhece sua condição de canalha; julga-se apenas um homem cumprindo seu "papel social".

Imagine um livro chamado "Tipologia do Canalha: Como Identificar o Seu". Puro best-seller! Por exemplo, o livro descreveria o canalha institucional, que é o canalha que faz suas baixarias dizendo que é em nome do coletivo. Normalmente, adora a hierarquia e a burocracia. É o tipo que, segundo o psicólogo americano Philip Zimbardo, autor do excepcional livro "O Efeito Lúcifer" (Record), se adaptaria bem às condições de horror em sistemas totalitários com justificativa institucional. Sentiria que o horror que causa é simplesmente fruto de respeito à burocracia.

Existem também os canalhas sociais. Estes são aqueles que justificam seus atos via condições sociais em que vivem, dizendo coisas como "a escola em que estudei fez de mim um canalha, por mim seria diferente". Conhecemos também os canalhas democráticos. Estes são aqueles que justificam seus atos porque combatem em defesa do povo. Este tipo é aquele que, por exemplo, sustenta a corrupção do Estado dizendo que está lutando pela justiça social.

Primo de primeiro grau deste último é o canalha militante, este tipo que agrediu a blogueira cubana Yoani Sánchez, acusando-a de ser paga pela CIA. A marca deste é jamais ouvir nada que discorde de sua religião. Há também o canalha científico. Este afirma que as neurociências provaram que ser canalha é função de certa área do cérebro, resultado de herança evolucionária e genética.

Um tipo especialmente "fofo" é o canalha livre. Suspeito ser este o mais avançado de todos. Quando indagados acerca de seu comportamento, afirmam que agem do modo que agem porque sempre foram uma minoria oprimida e agora podem exercer sua canalhice livremente. A frase lapidar deste tipo de canalha é: "Todos têm direito de ser o que são; eu tenho o direito de ser canalha".

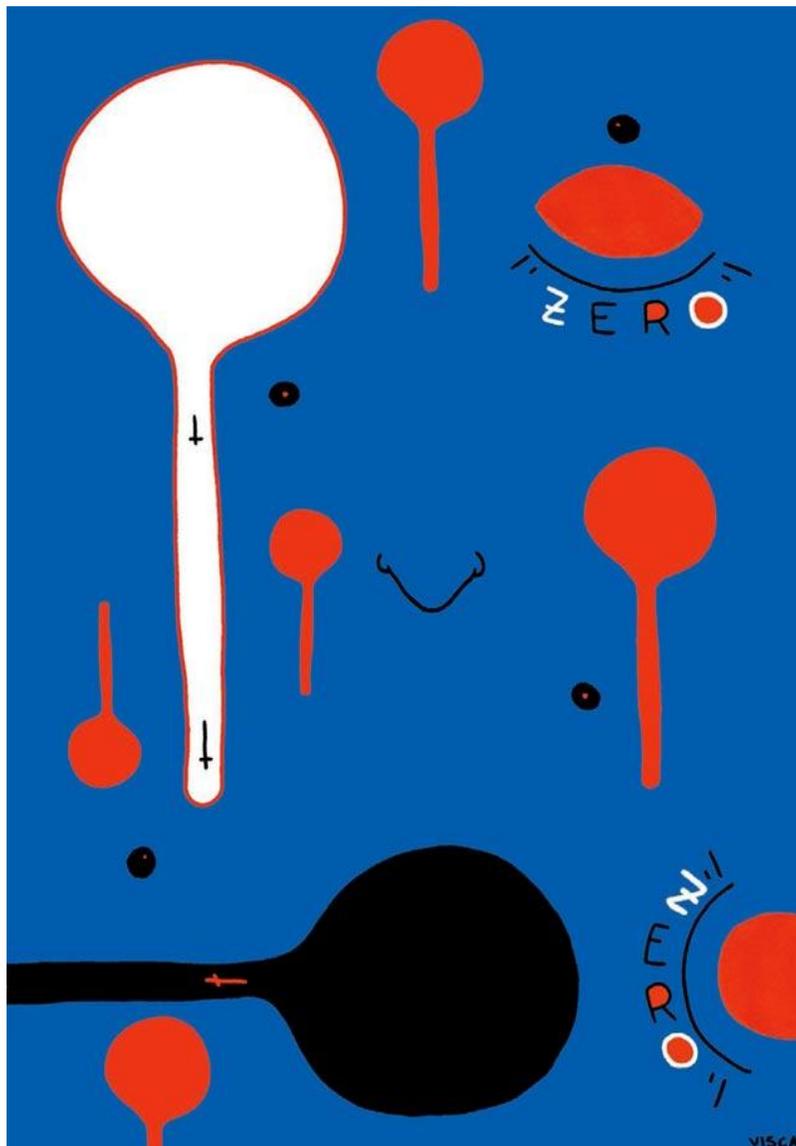
ponde.folha@uol.com.br. Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Fevereiro de 2013.

O princípio do fim da pobreza (TEREZA CAMPELLO e MARCELO NERI)

A ÚLTIMA década testemunhou queda inédita na desigualdade de renda brasileira, que atingiu o menor nível da série histórica, iniciada em 1960. Neste ínterim, houve conquistas em várias dimensões do desenvolvimento humano, como queda de 47% da mortalidade infantil, três anos mais de expectativa de vida, aceleração da escolaridade com ganhos de qualidade a partir de 2005, geração de duas vezes mais empregos formais a partir de 2004.

A pobreza caiu 58% de 2003 a 2011, velocidade três vezes superior àquela prevista no primeiro e principal objetivo do desenvolvimento do milênio da ONU. A queda da pobreza foi propulsionada pela criação do Bolsa Família, em 2003. Mesmo sendo um dos mais bem focalizados no mundo, o programa teve de se reinventar para fazer frente aos desafios do Brasil Sem Miséria. A superação da extrema pobreza até 2014 constitui o lema e a principal meta do governo federal.

O primeiro passo nessa direção foi a definição de uma linha de extrema pobreza. O parâmetro usado foi a linha da ONU, de US\$ 1,25, correspondendo a renda mensal de R\$ 70 por pessoa em junho de 2011, quando o Brasil Sem Miséria foi lançado. O desafio brasileiro é, em quatro anos, superar a miséria em termos de renda, enquanto a ONU propõe a cada país percorrer a metade desse trajeto em 25 anos.



Desde 2011, aperfeiçoamentos no Bolsa Família reforçaram as transferências, especialmente com o novo benefício cujo valor varia de acordo com o déficit de renda de cada família. Quem tem menos renda recebe mais, possibilitando superar a extrema pobreza ao menor custo fiscal possível. Não há caminho mais curto para o fim da miséria no que diz respeito à renda.

Estudos do Ipea mostram que, a despeito das características que diferenciam censo, PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) e Cadastro Único, todos eles mostrarão uma diminuição vigorosa da pobreza extrema a partir da instituição do Brasil Sem Miséria. A estruturação do Cadastro Único para Programas Sociais, ocorrida entre 2003 e 2011, com a inclusão de 70 milhões de pessoas, permitiu ao poder público não só implementar o Bolsa Família mas saber quem são, como vivem e onde moram os mais pobres dentre os brasileiros.

Além de abrir caminho para que recebessem transferências de renda, o cadastro permitiu priorizá-los no acesso a serviços públicos como creches, cursos profissionalizantes, serviços de assistência técnica e extensão rural, cobertura de água e tarifas reduzidas de energia elétrica, entre outros. Mais do que contar pobres, os pobres passaram a contar mais no desenho das políticas públicas brasileiras.

Além de usar o Cadastro Único como via expressa para levar políticas públicas aos mais pobres, houve empenho redobrado em incluir as famílias que, tendo o perfil requerido, ainda não faziam parte dele. Desde junho de 2011, a busca ativa possibilitou a entrada de 791 mil famílias extremamente pobres no Bolsa Família. Estima-se ser necessário encontrar mais 700 mil para atingir plena cobertura.

No próximo mês, alcançaremos um objetivo que já pareceu impossível. O Bolsa Família vai garantir a todos os seus beneficiários renda de pelo menos R\$ 70. Com mais essa medida, 22 milhões de pessoas terão saído da extrema pobreza desde o lançamento do Plano Brasil Sem Miséria. Do ponto de vista da renda, não haverá mais pobreza extrema no universo do Bolsa Família. Mas ainda há muito por fazer nos campos da própria renda, do trabalho, da saúde, da educação, da infraestrutura e da moradia, entre outros desafios. O que está acontecendo agora é apenas um começo.

TEREZA CAMPELLO, 50, é ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e **MARCELO NERI**, 49, é presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Fevereiro de 2013.**

Velhos medicamentos, novos problemas (CLÁUDIO GALVÃO DE CASTRO JR.)

DESDE A metade do século 20, o arsenal de medicamentos, antes restrito a fórmulas quase mágicas, deu lugar a terapias que podem paliar a dor, melhorar a qualidade de vida e prolongá-la. O desenvolvimento de novas drogas requer dinheiro e pessoal qualificado. Embora governos possam investir em pesquisa, não teríamos a quantidade de drogas atual, não fosse a indústria farmacêutica, que aplica quantias bilionárias e deseja o retorno financeiro.

A lógica capitalista permitiu o desenvolvimento de medicamentos para diabetes, colesterol, hipertensão, tuberculose e Aids que hoje são disponíveis no SUS (Sistema Único de Saúde), tratando doenças que antes roubavam milhares de vidas. Essa mesma lógica criou dois grandes problemas. O primeiro deles são as drogas de alto custo, que produzem rombos nas finanças públicas. Geralmente são drogas destinadas às doenças pouco frequentes. A explicação é simples: os laboratórios precisam recuperar o capital investido no desenvolvimento e ter o lucro.



Deixar de lado meias verdades e debater a incorporação de novos medicamentos e tecnologias com a participação de órgãos públicos, sociedades médicas e especialistas é o único caminho para prover a melhor assistência. Exemplos anteriores também mostraram que é possível negociar preços com os laboratórios.

O segundo problema é menos conhecido, mas muito mais grave e insidioso. Trata-se das drogas de baixo custo, que, por não darem uma margem de lucro adequada, ou mesmo por causarem prejuízos aos fabricantes, estão sendo retiradas do mercado. Quando essas drogas faltam, mesmo quem tem muito dinheiro não é capaz de comprá-las, pois, em muitos casos, há um desabastecimento mundial.

Nos Estados Unidos, uma centena de drogas corre o risco de desabastecimento. O presidente Barack Obama envolveu-se nesse problema e, desde 2010, diversas ações foram tomadas. No Brasil, o Ministério da Saúde tem uma lista com mais de 20 drogas sob risco de descontinuação.

Na maioria dos países, as legislações não previram que um remédio pudesse simplesmente deixar de ser fabricado. No Brasil, mesmo que um medicamento seja essencial e o fabricante ou importador seja único, basta um aviso com antecedência de poucos meses à Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) para retirá-lo do mercado.

A L-asparaginase, medicamento essencial no tratamento das leucemias linfóides agudas, está deixando de ser fabricada. Ainda assim, existe um substituto à altura, que, embora bem mais caro, apresenta vantagens em relação ao produto original. O

desabastecimento de drogas vem sendo debatido com órgãos do Ministério da Saúde, particularmente o Inca (Instituto Nacional de Câncer), com a participação de diversas sociedades médicas. Entre as sugestões apresentadas por um grupo que se formou para estudar o problema estão mudanças na legislação que obriguem os laboratórios a informar exatamente qual a causa da suspensão da droga e ampliem o prazo de notificação, de forma que o governo possa ter tempo suficiente para contornar o problema.

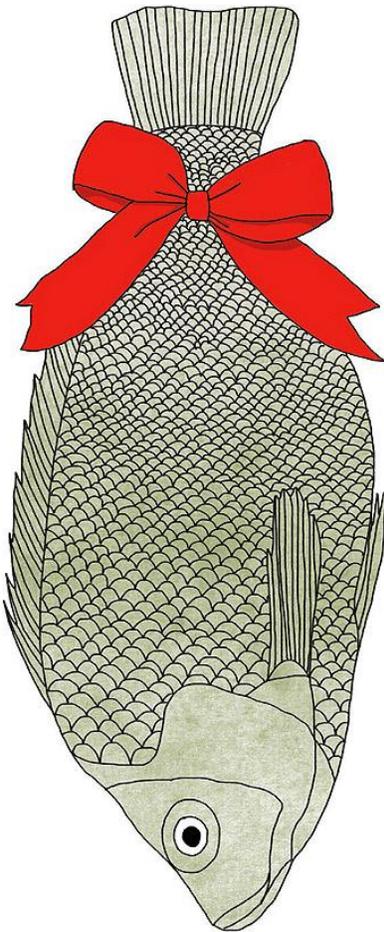
Outra sugestão é facilitar a importação e o registro de drogas essenciais com regime de impostos diferenciado. Com essas mudanças, os laboratórios públicos poderão se planejar para produzir drogas essenciais e eventualmente exportar o excedente. O problema já é conhecido e as soluções foram apontadas. Drogas essenciais, sem nenhum substituto, podem faltar em breve. É preciso rapidez em implantar as soluções. Uma silenciosa catástrofe ameaça a vida de milhões de brasileiros.

CLÁUDIO GALVÃO DE CASTRO JR., 45, é oncologista pediatra e hematologista do Hospital Israelita Albert Einstein. Foi presidente da Sociedade Brasileira de Oncologia Pediátrica (2010-2012). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Fevereiro de 2013.**

A miséria da superação (CRISTOVAM BUARQUE)

A PRESIDENTA Dilma Rousseff anunciou que, nos últimos anos, cerca de 22 milhões de brasileiros superaram a miséria. Os números podem estar certos, mas o conceito de superação está errado. Superar é saltar, uma conotação muito diferente do que suspender provisoriamente uma condição. A realidade é que 22 milhões de brasileiros passaram a receber, a partir de 2011, o valor de R\$ 70 mensais por transferência de renda. Essas transferências representam um raro gesto de generosidade da parcela rica para os pobres do Brasil.

É certo que essa generosidade já estava presente no gesto do governo do presidente Emílio Garrastazu Médici, no regime militar, com a criação da Previdência Social Rural/Prorural, em 1971. Podemos citar também a criação da Bolsa-Escola no Distrito Federal e em Campinas, em 1995. A ampliação deste programa, em 2001, pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, para 4 milhões de famílias beneficiadas, só fez crescer a generosidade.



Mas foi o presidente Lula quem deu o salto para 12 milhões de famílias, ao colocar o programa como centro de sua política social, reunindo no Bolsa Família todos os programas de assistência social do governo federal. A presidenta Dilma não apenas ampliou o número de beneficiados, como complementou a rede de proteção social com os programas Brasil sem Miséria (2011) e Brasil Carinhoso (2012).

Graças a isso, o número de famílias em condições de penúria extrema, de desnutrição crônica, diminuiu substancialmente nos últimos 20 anos. Primeiro, cabe observar que os 22 milhões de brasileiros que são apresentados como tendo superado a miséria recebem R\$ 70 por mês. Isso equivale a R\$ 2,34 por dia para uma família de cinco pessoas ou 1,4 pão por dia para cada um dos membros. Não são mais os retirantes que a fome expulsava de suas terras por comida, mas ainda não é possível afirmar que saíram da miséria.

Bastaria uma inflação de 8% ao ano para que, em quatro anos, os atuais R\$ 70, sem reajuste, passassem a valer R\$ 51,45, o que não compraria nem mesmo um pão por dia para cada membro da família. Segundo, é grave a ilusão de que a miséria pode ser superada sem se assegurar a estrutura que permita o salto sem volta. Mesmo com a renda do Bolsa Família, os beneficiados permanecerão na mesma situação social. Continuarão sendo cidadãos sem educação, sem esgoto, sem água potável e sem condições de empregabilidade. Isso não é superação.

Terceiro, apesar de mitigar o sofrimento, o programa Bolsa Família não abre a porta de saída da extrema pobreza, não abole a miséria nem provoca um salto social sem retrocesso. Embora o governo não informe, há grande possibilidade de que alguns dos atuais pais beneficiados pelo Bolsa Família tenham sido crianças de famílias com a bolsa.

Cria-se um círculo que nega totalmente o conceito de superação aplicado aos resultados obtidos. Prova disso é que o governo comemora o aumento do número dos que recebem o Bolsa Família. Não comemora, no entanto, a redução do número dos que necessitam da transferência de renda do governo para compensar o que a estrutura social e econômica não faz para superar a miséria de forma sustentável, com mudanças estruturais e escola de qualidade para todas as crianças. Ao dizer que houve superação da miséria, a presidenta corrompe o dicionário. Cria a ilusão que pode acomodar o espírito de solidariedade transformadora de que o país precisa. Todos sonham com a superação da miséria, não com o conceito de superação empobrecido.

CRISTOVAM BUARQUE, 69, professor da Universidade de Brasília (UnB), é senador da República pelo PDT-DF. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO**, Fevereiro de 2013.

O cinema independente atrapalha blockbusters? SIM

Cinema e democracia (CEZAR MIGLIORIN)

A CONVIVÊNCIA entre filmes feitos para um público massivo e filmes que encontram formas de existir com orçamentos menores e sem a necessidade de distribuições gigantescas sempre existiu. Quando pensamos em cinema, reconhecemos o fenômeno social e buscamos na memória os filmes que foram compartilhados por um grande número de pessoas. Lembramo-nos tão intensamente dos filmes que nos tocaram individualmente quanto daqueles que se tornaram eventos incontornáveis e parte de um imaginário coletivo.

Na vida de um espectador, "ET", de Steven Spielberg, e "Serras da Desordem", de Andrea Tonacci, convivem com harmonia e relevância. A importância do cinema como evento em uma comunidade e que afeta o indivíduo singularmente é parte da beleza da arte. Assim, quando mencionamos um blockbuster, não estamos falando do sempre desejável sucesso de público, mas de uma lógica econômica com que operam certas produções cinematográficas. O que organiza, então, essa lógica? Como expressa o revelador nome, trata-se de uma lógica de ocupação total dos espaços, um arrasa-quarteirão.

"O que iremos ver hoje?", perguntam-se os amigos no sábado à noite. "Só há um filme em cartaz." "Então vamos nesse mesmo." Os amigos que desejam o cinema para, durante duas horas, abdicarem do olfato, do tato, do gosto e da

motricidade e habitarem outras vidas, agora, com um só filme disponível, estão presos no mesmo, na repetição de uma lógica que não pode deixar nada por perto.

"E qual é o filme mesmo?", pergunta um dos amigos. "É... Aquele com aquela atriz engraçada da Globo..." "Aquele que é continuação de um sucesso do ano passado?" Surpreendente seria se ele não fosse um sucesso. Lembremos que "Crepúsculo", de Bill Condon, estreou no ano passado ocupando 60% das salas do Brasil. Essa vem sendo a estratégia de distribuição dos blockbusters. Mas o que está em jogo com essa lógica é uma segunda ocupação absoluta. Trata-se de uma totalização das possibilidades sensíveis dos espectadores e de um esvaziamento do que pode o próprio cinema. Na lógica do arrasa-quarteirão, o que desmorona é a possibilidade do cinema como uma experiência que possibilita descobertas e invenções de si e do mundo. Sua lógica é da homogeneização dos espectadores e de uma universalização do conteúdo que elimina os tons e especificidades locais.

A resistência a essa ocupação total das salas e das formas fílmicas é parte da história do cinema. Uma resistência feita por artistas, produtores e toda uma comunidade que entende que o cinema não é apenas um produto ou um elemento de uma cadeia econômica, em que um filme pode ser entendido apenas com números. Assim, podemos nos perguntar em que sentido o lançamento de um filme como "De Pernas pro Ar 2", de Roberto Santucci, em mais de 700 salas, com renúncia fiscal do governo federal de R\$ 3,2 milhões, R\$ 2,5 milhões da RioFilme e coproduzido pela Globo Filmes, é um sucesso?

O cinema independente ou que não compartilha a lógica dos blockbusters está constantemente apontando para uma outra lógica de funcionamento, inclusive da sociedade. Por um lado, nos dizendo que a arte, com sua diversidade e desconforto, é necessária para a invenção de um povo. Por outro, nos colocando o limite da organização de tudo pela lógica do mercado, sobretudo quando ele tende ao oligopólio. A resistência à homogeneidade é propriamente uma questão democrática. Trata-se de garantir direitos. Direito do país se pensar e se inventar com os meios do cinema e direito de todos à riqueza e às possibilidades de fruição estética. Sem esses direitos, sem resistir à lógica dos blockbusters, a invenção no cinema será cada vez mais restrita às elites que frequentam festivais e cinema patrocinados.

Se podemos dizer que filmes recentes como "A Febre do Rato", de Cláudio Assis, "A Cidade É uma Só?", de Adirley Queirós, "Sudoeste", de Eduardo Nunes, "Mãe e Filha", de Petrus Cariry, entre tantos outros, atrapalham os blockbusters, é porque há um cinema que resiste aos projetos totalizantes e que insiste em expressar sua relevância estética, política e também econômica.

CEZAR MIGLIORIN, 43, é chefe do Departamento de Cinema e Vídeo da Universidade Federal Fluminense. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO**, Fevereiro de 2013.

O cinema independente atrapalha blockbusters? NÃO

Ao som das pernas pro ar (MARIZA LEÃO)

DOIS FILMES brasileiros protagonizaram um início promissor para 2013. De um lado, "De Pernas pro Ar 2", cuja extraordinária performance o levará a cerca de 5 milhões de ingressos. De outro, "O Som ao Redor", que arrebatou a crítica no Brasil e no exterior.

Ambos expressam a riqueza do cinema brasileiro e são motivos para comemorarmos a força de uma cinematografia que só avança. Portanto, estranho e lamento que proliferem comentários de desdém sobre um ou outro filme, como se a existência de um fosse uma ameaça ao outro. Afirmar que desqualificam os valores de produção e talentos ligados às recentes comédias brasileiras mais dão conta de uma rejeição prévia do que de uma análise das obras em si. Não há gênero "menor": fazer rir é tão ou mais difícil do que fazer chorar, tão ou mais difícil do que fazer pensar. Todo é qualquer filme é um desafio.

Há longos anos na atividade, sempre aceitei as críticas. Mas críticas agressivas feitas por colegas de profissão me causam profundo mal-estar. Ao ter seu trabalho reconhecido, um cineasta deveria olhar para aqueles que também estão em busca de aplausos. Desmerecer o que é diverso do que fazemos alimenta uma autofagia irresponsável. Quero aplaudir todos que se dedicam a construir uma cinematografia forte no Brasil. Por sua natureza, o cinema é arte e também indústria. Anualmente são produzidas milhares de horas de material, distribuídas entre uma diversidade de gêneros e orçamentos. Esse mercado envolve bilhões de dólares --e o Brasil é um dos cinco maiores do mundo. Temos, sim, a responsabilidade de mantê-lo ativo, pois isso representa geração de empregos e até mesmo influi na balança comercial de nosso país.

A produção de "De Pernas pro Ar 2" levantou R\$ 3,2 milhões de recursos federais incentivados. Seu custo total foi da ordem de R\$ 12,5 milhões e seu lançamento contou com mais de 700 cópias, sendo exibido em praticamente 90% dos municípios brasileiros que dispõem de salas de cinema. O projeto envolveu cerca de 120 técnicos e 25 atores.

Segundo estudos feitos pela RioFilme, o longa gerou um PIB de R\$ 66 milhões, pagou R\$ 8,8 milhões de impostos federais, R\$ 1,6 milhão de impostos estaduais e R\$ 3,9 milhões de impostos municipais. Para atingir esses resultados, foi necessária a participação de profissionais empenhados em tornar "De Pernas pro Ar 2" o filme com maior bilheteria do verão de 2013. Além dos distribuidores envolvidos, a participação da Globo Filmes - com seu know-how para que o filme tivesse a visibilidade compatível com suas ambições - merece ser destacada.



E não é possível entender o resultado dos filmes da "retomada" sem compreender o papel da Globo Filmes. Apoiando obras que vão de "Tropa de Elite 2" a "Anjos do Sol", de "Se Eu Fosse Você" a "Corações Sujos", de "Meu Nome Não É Johnny" a "5X Favela", a entrada da Globo Filmes no mercado representa uma conquista para o crescimento do cinema brasileiro. Há lugar para todos: filmes que ambicionam reflexões profundas e os que conquistam o espectador competindo com blockbusters estrangeiros.

Ao longo de quase 30 anos, produzi filmes de naturezas diversas. De "O Sonho Não Acabou" ao "Homem da Capa Preta", de "Meu Nome Não É Johnny" a "Apenas o Fim", de "De Pernas Pro Ar 1 e 2" a "Guerra de Canudos",

espero que nos próximos anos eu consiga manter essa diversidade. E espero ainda poder encontrar em cada diretor, técnico, ator ou exibidor um aliado para levar adiante os meus sonhos.

MARIZA LEÃO, 60, é produtora de cinema. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Fevereiro de 2013.**

A nova rota da reforma agrária no Brasil (PEPE VARGAS e CARLOS GUEDES)

O BRASIL promoveu a maior política de acesso à terra do mundo em pleno século 21. Os 87 milhões de hectares destinados à reforma agrária equivalem em dimensão a 27% das terras agrícolas do país. Eles já superaram, em número e área, o total dos imóveis rurais brasileiros com extensão superior a 5.000 hectares.

Tal atuação, na sua maioria realizada durante os governos Lula e Dilma, contribuiu significativamente para a redução da desigualdade de renda no meio rural brasileiro. Estudo da Fundação Getúlio Vargas de 2009 aponta que o índice de Gini da renda era 0,489 na área rural --cerca de 10,3% inferior ao do conjunto do país. No período de 2003 a 2009, a queda da desigualdade foi de 8,3% no campo contra 6,5% na totalidade do país.

Os assentamentos têm produção e contribuem para a conservação ambiental. A publicação "Censo 2006 e a Reforma Agrária" aponta que os assentamentos pesquisados geravam 1,8 milhão de postos de trabalho e R\$ 9,4 bilhões de valor bruto da produção, o equivalente a 4,3 salários mínimos mensais por estabelecimento. No aspecto ambiental, foi registrada, em 2012, queda de 27% no desmatamento dentro dos projetos de assentamento na Amazônia Legal. A área desmatada equivale a apenas 0,5% da cobertura florestal existente nas áreas de reforma agrária. Mas 30% dessas ocorrências estão localizadas em 1% dos projetos. Eles já são objeto de atuação de controle por parte do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis).

Acompanhando as mudanças no Brasil rural, há necessidade de conectar a reforma agrária aos grandes objetivos de desenvolvimento do país. A associação com o programa Brasil sem Miséria cria oportunidades para que famílias assentadas se beneficiem de uma ação integrada de governos, superando a visão colonizadora do Incra da década de 70. Outros programas como Minha Casa, Minha Vida, Água para Todos, Bolsa Família e Brasil Carinhoso melhorarão as condições de vida nos assentamentos. As parcerias com municípios para melhorar as estradas dos assentamentos por meio do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) Equipamentos se somam às ações em curso do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Incra.

O acesso mais fácil ao Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e aos programas de compras públicas de alimentos, a ampliação da assistência técnica e a entrada do Pronatec Campo (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) vão estimular o aumento da produção e da renda. A atuação conjunta com o BNDES, a Fundação Banco do Brasil, a Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome no programa "Terra Forte" permitirá apoio às agroindústrias dos assentamentos.

Os produtos da reforma agrária já estão chegando às prateleiras dos supermercados.

A nova rota da reforma agrária propõe uma agenda de trabalho composta pela ampliação das condições de autonomia das famílias assentadas e da produção de alimentos saudáveis por parte dos assentamentos. Também inclui identificação de regiões onde ainda é necessária a política de acesso à terra. Essa pode ser uma agenda pacífica e viável para a sociedade brasileira debater, aperfeiçoar e apoiar.

PEPE VARGAS é ministro do Desenvolvimento Agrário. **CARLOS GUEDES** é presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Fevereiro de 2013.**

Yoani e as falsas alternativas (CONTARDO CALLIGARIS)

DEVERÍAMOS recusar todas as alternativas - sempre, por princípio. Imagine que alguém diga "Se você pega o preto, perde o branco, e, se você pega o branco, perde o preto" e insista: "Então, qual será? Preto ou branco?". Quase sempre, eu responderia que existem, no mínimo, 50 tons de cinza e imediatamente devolveria a pergunta: "Por que razão escusa você tenta me acuar a escolher entre preto e branco?".

Somos crédulos, queremos acreditar que, a cada encruzilhada, exista sempre uma saída mais malandra, pela qual nos daremos bem. Em sua maioria, as alternativas nos seduzem e funcionam, justamente, quando elas exaltam nossa falsa fé em soluções que não sejam totalmente perdedoras. Jacques Lacan, o grande psicanalista francês, para ilustrar nossa "alienação" diante das "escolhas forçadas" (palavras dele), recorria ao exemplo do assaltante que nos mandaria decidir: "A bolsa ou a vida!".

Basta pensar um instante para constatar que a alternativa é furada, visto que, se eu decidir ficar com a bolsa, não vou perder só a vida -vou perder também a bolsa, pois o assaltante não vai deixá-la com meu cadáver. De maneira tristemente engraçada, a outra possibilidade é igualmente furada no Brasil. Aqui, se escolhermos ficar com a vida e entregarmos a bolsa com docilidade, há uma boa chance que mesmo assim o assaltante nos mate, pegando, com a bolsa, nossa vida também.

Em suma: escolha zero. No exterior, "A bolsa ou a vida!" significa "Passa a bolsa, e ponto". E, no Brasil, considere-se sortudo que não signifique "Passe a bolsa E a vida, E ponto" -como dizem os bandidos, "Você perdeu geral". O exemplo de "A bolsa ou a vida" sugere (com pertinência) que qualquer um que tente nos impor uma escolha forçada seja provavelmente um bandido, interessado sobretudo em afirmar e consolidar seu poder sobre nós.

A política, na segunda metade do século passado, alimentou-se de uma alternativa desse tipo, uma alternativa bandida e falsa, segundo a qual deveríamos escolher entre, de um lado, as ditas liberdades burguesas (liberdade de opinião, de culto, de ir e vir pelo mundo, de ter nossa privacidade respeitada etc.) e, do outro lado, uma nova justiça social, que acabasse com miséria e fome. Eu mesmo já pertenci a essa bandidagem. Quando me mostravam que os países ditos socialistas esmagavam as liberdades básicas, eu respondia "E a liberdade de não morrer de fome, hein?". Como se, para se livrar da fome, renunciar às liberdades burguesas fosse o preço necessário e, portanto, aceitável, se não módico.

Isso aconteceu, entre outras coisas, porque não escutei direito ao meu pai. Giustizia e Libertá (justiça e liberdade) era o nome do movimento no qual ele se reconhecia, nos anos 1930. Era um movimento socialista, antifascista e anticomunista, para o qual justiça e liberdade não podiam constituir uma alternativa. Em geral, quem nos diz que só teremos liberdade sem justiça é um aproveitador econômico e social (quer ser livre de perseguir seus interesses sem ter que se preocupar com os outros). E quem nos diz que só teremos justiça sem liberdade é um aproveitador político (quer que abandonemos nossas liberdades de modo que ele possa se eternizar no poder sem oposição). Essas duas espécies de aproveitadores se valem.

A alternativa "liberdade ou justiça" é tão falsa quanto "a bolsa ou a vida". Em particular, a troca da liberdade pela justiça produziu mundos sem liberdade (isso era previsto) e (isso não era) totalmente injustos, corrompidos por burocracias apenas interessadas em se manter no poder. Ora, na ocasião da chegada ao Brasil da blogueira cubana Yoani Sánchez, houve pessoas para ressuscitar essa falsa alternativa: como pode ela criticar a falta de liberdade em Cuba, quando o regime acabou com a fome na ilha? O fato é que, para acabar com a fome na ilha, não era necessário acabar com nenhuma das liberdades dos cubanos.



Nota. Muitos leitores debateram comigo por e-mail a coluna da semana passada, "Para que serve a tortura?". Ontem, Marcelo Coelho, em sua coluna nesta página, comentou meu texto e o tema. Anteontem, Vladimir Safatle, na página 2 da **Folha**, fez a mesma coisa sem citar minha coluna (sei lá por quê). Seja como for, contribuirei ao debate na próxima quinta.

ccalligari@uol.com.br. Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Fevereiro de 2013.

Na catedral da física (MARCELO GLEISER)

PASSEI esta semana no Cern, o laboratório europeu de física de partículas onde, em julho do ano passado, foi descoberto o famoso bóson de Higgs, infelizmente também conhecido como "partícula de Deus". Já havia estado lá antes, como pesquisador visitante, por três meses. Isso foi bem antes da grande descoberta do ano passado, mas, para nós, físicos, o Cern já era famoso. Foi lá, em 1983, que foram descobertos outros bósons muito importantes, com os nomes menos sugestivos de W^+ , W^- , e Z^0 .

Esse trio de partículas confirmou a previsão feita por teóricos, ainda na década de 1960, de que as forças eletromagnéticas e fracas (estas responsáveis pelo decaimento radioativo) comportam-se da mesma forma a altas energias. Nesta outra realidade, as duas podem ser vistas como facetas distintas da mesma força unificada, a força "eletrofraca". Na busca por explicações cada vez mais abrangentes dos fenômenos naturais, nada mais atrativo do que teorias que unificam entidades distintas dentro de uma mesma explicação. A descoberta do bóson de Higgs marca o início de um novo capítulo da física de partículas. Os dados ainda não são suficientes para que se confirmem muitas das propriedades da partícula. É

como se soubéssemos que a sombra que vimos projetada na parede é de um ser humano, mas ainda não sabemos se é homem ou mulher, jovem ou velho, a cor dos olhos etc. Para os detalhes, serão necessários mais dados, ou seja, mais colisões e estudos.

Como aceleradores de partículas podem ser vistos como uma espécie de supermicroscópio, quanto maior a energia da colisão (equivalente ao poder de magnificação), mais podemos decifrar das intrincadas propriedades das partículas elementares de matéria. Infelizmente, o acelerador foi fechado semana retrasada, e permanecerá assim por dois anos. O objetivo é atingir o dobro da energia atual quando reabrir em 2015. Com isso, poderemos entender melhor que sombra é essa que vimos.

O bóson de Higgs é mais uma entidade onipresente do que uma sombra; está por toda parte, como o ar que respiramos em nossa atmosfera. Aparentemente imaterial, tem substância e interage com todas as outras partículas de matéria, incluindo as que transmitem as forças entre elas, como os bósons acima mencionados. A exceção é o fóton, a partícula de luz, que parece ser imune ao charme do Higgs. Essa imunidade explica por que o fóton é única partícula sem massa. (Talvez exista outra, o gráviton, a suposta partícula responsável pela gravidade. Mas, por enquanto, o gráviton permanece uma especulação.)

Como um espírito arredio, o bóson de Higgs é muito difícil de encontrar. Quando surge, desaparece quase que imediatamente, em menos de um trilionésimo de segundo. Ao pensar que, para encontrá-lo, foi necessária a maior máquina já construída na história da humanidade, alojada dentro de estruturas gigantescas, fica difícil não pensar nas antigas catedrais, também imensas, também dedicadas à busca de entidades um tanto etéreas. As diferenças são muitas, mas a analogia é tentadora. A busca da ciência não deixa de ser uma forma de peregrinação.

MARCELO GLEISER é professor de física e astronomia do Dartmouth College, em Hanover (EUA). É vencedor de dois prêmios Jabuti e autor, mais recentemente, de "Criação Imperfeita". Escreve aos domingos na versão impressa de "Ciência". **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Março de 2013.**

Obesidade: mitos e fatos (DRAUZIO VARELLA)

RECEITAS e dietas para emagrecer são como o capim, estão em toda parte. Talvez não exista campo da medicina com tantos mitos e pressuposições divulgadas pelos meios de comunicação, sem evidências científicas que lhes deem suporte. O "New England Journal of Medicine" publicou uma revisão na qual foram avaliadas as informações sobre obesidade transmitidas pela internet, imprensa escrita e literatura científica.

O estudo identificou sete mitos divulgados como verdades científicas:

1 - Pequenas reduções do aporte calórico diário ou pequenos aumentos do gasto energético provocam emagrecimento significativo mantido por períodos longos. A sugestão de que devemos esperar grandes reduções de peso em resposta a pequenas mudanças no estilo de vida, deriva da regra das 3.500 kcal (calorias, popularmente) estabelecida há meio século, segundo a qual cada redução dessa quantidade de calorias na dieta faz perder 450 gramas de peso corpóreo.

Levantamentos recentes mostram que existe grande variabilidade individual nessa perda, porque, quando o peso cai, as necessidades energéticas básicas do organismo diminuem. Em outras palavras, quando a pessoa emagrece, a energia que o corpo precisa para funcionar em repouso também diminui. Essa relação explica porque as dietas funcionam bem no início, mas vão perdendo a eficácia à medida que o peso diminui.

2 - Estabelecer alvos modestos, mais realistas, funcionam melhor do que pretensões de perder muitos quilos. Embora evitar a frustração por haver fracassado em atingir metas de emagrecimento mais ambiciosas tenha certa lógica, as evidências científicas apontam na direção oposta: programas que propõem perdas substanciais apresentam resultados melhores.

3 - Emagrecimento rápido e acentuado está mais associado ao efeito sanfona do que o lento e gradual. Nos estudos clínicos, o emagrecimento rápido tem sido associado à manutenção do peso mais baixo por tempo mais prolongado. Embora não esteja claro por que algumas pessoas obesas têm uma perda inicial mais rápida do que outras, recomendar pequenas reduções mais lentas pode comprometer o sucesso do tratamento.

4 - Nos programas de emagrecimento, é importante que um profissional avalie periodicamente a dieta ingerida. Cinco estudos envolvendo 3.910 pessoas submetidas à reeducação alimentar que tiveram suas dietas avaliadas em intervalos regulares não mostraram benefícios desse cuidado. Quem entra voluntariamente num programa para perder peso, de modo geral está minimamente disposto a mudar a dieta.

5 - Aulas de educação física nas escolas contribuem para combater a obesidade infantil. As aulas convencionais não produzem gasto energético suficiente e continuado para evitar a obesidade.

6 - A amamentação protege contra a obesidade. Um estudo conduzido com 13 mil crianças acompanhadas por mais de seis anos não encontrou evidências de que crianças amamentadas no seio materno engordem menos.

7 - A atividade sexual queima até 300 calorias. Nas fases de excitação e orgasmo, um homem de 70 kg queima cerca de 3,5 calorias por minuto. Como a média de duração de uma relação sexual é de 6 minutos, o total consumido seria de 21 calorias. Se estivesse no sofá assistindo à televisão nesse período, ele teria gasto 7 calorias.

Agora, vamos aos fatos:

- 1 - Embora fatores genéticos tenham papel importante na obesidade, hereditariedade não é destino.
- 2 - Mudanças no estilo de vida são mais eficazes do que os remédios para emagrecer.
- 3 - Dietas ajudam a perder peso, mas não é fácil mantê-las por longos períodos.
- 4 - Independentemente do emagrecimento, qualquer aumento da atividade física faz bem para o organismo.
- 5 - Manter no dia a dia as mesmas condições que provocaram perda de peso colaboram para a manutenção da perda.
- 6 - Crianças obesas se beneficiam de programas que envolvem a família inteira.
- 7 - A substituição de refeições por produtos dietéticos com baixo teor calórico colabora para a perda de peso.
- 8 - Alguns medicamentos ajudam a perder peso e a mantê-lo mais baixo, mas apenas enquanto estão sendo utilizados.
- 9 - Em casos selecionados, a cirurgia bariátrica provoca emagrecimento duradouro, reduz a incidência de diabetes e a mortalidade.

DRAUZIO VARELA escreve quinzenalmente para esta coluna. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Março de 2013.**

A biologia e as “doenças inventadas” (CRISTIANE SEGATTO)

O mais completo estudo genético sobre transtornos mentais revela o que a depressão, a hiperatividade e outras doenças têm em comum

UM DOS mais completos estudos sobre a biologia dos transtornos mentais foi publicado nesta semana na revista científica *The Lancet*. O trabalho é resultado de um esforço internacional de 19 países, financiado em parte pelo governo americano. Os autores declararam não ter vínculos com a indústria farmacêutica ou outros conflitos de interesse. O estudo apontou o que há em comum, do ponto de vista genético, entre cinco doenças: depressão, transtorno bipolar, autismo, esquizofrenia e transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH).

É mais uma valorosa contribuição ao combate da ignorância e do preconceito que penalizam as famílias que convivem com doenças psiquiátricas. É também mais um claro sinal de que essas não são “doenças inventadas”. Os cientistas analisaram o genoma completo de 33 mil portadores desses distúrbios. Eles foram comparados a 28 mil pessoas não-afetadas pelas doenças. Em quatro diferentes regiões do DNA, foram identificadas variações genéticas que aumentam o risco de desenvolvimento de qualquer um dos cinco transtornos. “Os resultados sugerem que é possível ir além da classificação baseada nos sintomas e focar nas causas biológicas das doenças psiquiátricas”, diz Jordan Smoller, do Massachusetts General Hospital, principal autor do estudo.

Duas das quatro variantes identificadas estão envolvidas na regulação dos canais de cálcio, o que é crucial para o funcionamento adequado das células nervosas. “Eles são fundamentais ao trabalho dos neurônios”, disse à revista *Time* Bryan King, diretor do departamento de psiquiatria da criança e do adolescente da Universidade de Washington. “O balanço de cálcio e cloreto é crítico para a adequada atividade elétrica dos neurônios”. Essas descobertas genéticas são um primeiro passo. Falta compreender por que um problema nos canais de cálcio pode levar ao autismo em uma pessoa e, em outra, ao transtorno bipolar. Esse conhecimento pode contribuir para que a comunidade científica repense as doenças psiquiátricas que compartilham a mesma arquitetura genética. Uma coisa precisa ficar clara: ter essas variações não é certeza de desenvolvimento de qualquer uma dessas doenças. Posso mandar analisar o meu genoma e descobrir que herdei essas variações. E daí? O que faço com essa informação? Por enquanto, nada.

Essas variações aumentam o risco de surgimento dessas doenças, mas não representam uma sina. Segundo o que se sabe até hoje, essas são doenças provocadas por alterações genéticas, fatores bioquímicos e ambientais (estresse, ambiente hostil etc). Os genes são apenas um pedaço da história, mas um pedaço importante. Pode não parecer grande coisa, do ponto de vista prático, mas esse estudo é relevante. E assim, de grão em grão, fazendo ciência de qualidade, que o conhecimento avança. É assim que a ciência comprova que transtornos psiquiátricos não são “doenças inventadas”. Eles existem, de fato. Negá-los é produzir confusão, é impingir sofrimento desnecessário aos doentes e às famílias.

Existe uma profusão de diagnósticos errados? É verdade. Prescrições inadequadas, banalização do uso de drogas psiquiátricas, crença de que elas possam ser a melhor solução para acalmar crianças irrequietas, cumprir as metas da empresa ou trazer a felicidade... Tudo isso existe, é gravíssimo e precisa ser combatido. A evolução da medicina relegou a um segundo plano a subjetividade do paciente. As soluções aparecem em forma de comprimido. Com isso, muita gente se vê desobrigada de procurar as raízes da tristeza, do mal-estar, do desajuste.

Muita gente (em especial as crianças e os adolescentes) têm recebido medicamentos psiquiátricos, quando, na verdade, têm um problema psicológico – ou nem isso. Por outro lado, estudos genéticos como o publicado nesta semana, o avanço do conhecimento sobre a química do cérebro e novas ferramentas de diagnóstico por imagem permitem detectar transtornos psiquiátricos genuínos em pessoas que antes poderiam passar a vida inteira sofrendo e sem receber a devida atenção. O que faz a diferença é a qualidade do diagnóstico. Se for correto, salva vidas. Se for errado, as destrói. Por que, então, é tão difícil fazer um bom diagnóstico?

A Organização Mundial da Saúde reconhece a existência de todos os transtornos mentais citados neste texto. Nenhum deles é “doença inventada”. Para identificá-los, a maioria dos médicos se baseia num manual preparado pela Associação Americana de Psiquiatria, chamado DSM-IV. Ele lista os sintomas de todas as enfermidades psiquiátricas existentes. O

objetivo desse manual é padronizar os critérios entre os profissionais, mas essa não é uma ferramenta perfeita. O ponto central do bom diagnóstico é a história do paciente. O médico precisa saber ouvir, ter tempo – tudo o que é impossível fazer numa consulta de dez minutos.

Tudo seria mais fácil se fosse possível detectar um transtorno com um exame preciso como o de glicemia, que detecta diabetes. Infelizmente, isso não é possível. Infelizmente, a vida é mais complicada. Mas acreditar na existência de “doenças inventadas” não melhora a realidade. Se pudesse, a indústria farmacêutica criaria uma doença por dia. Se pudesse, adotaria estratégias de vendas ainda mais nocivas e agressivas do que as praticadas hoje. Tudo isso precisa ser conhecido. Todos os abusos precisam ser denunciados.

No entanto, não me parece que as condições da humanidade tenham piorado depois que a vida moderna foi “medicalizada”. Ainda prefiro viver num mundo que dispõe de penicilina, vacinas, analgésicos, quimioterápicos... E também de drogas psiquiátricas para quem precisa. E você? O que achou desse estudo? Transtornos mentais são “doenças inventadas”? Conhece alguém que usa drogas psiquiátricas? Conte pra gente. Queremos ouvir sua história.

CRISTIANE SEGATTO é repórter especial, faz parte da equipe de ÉPOCA desde o lançamento da revista, em 1998. Escreve sobre medicina há 17 anos e ganhou mais de 10 prêmios nacionais e internacionais de jornalismo. **Revista ÉPOCA, Março de 2013.**

Correntes Cinematográficas - Expressionismo Alemão (LUIZA DE CASTRO)



Gabinete do Dr. Caligari



Sweeney Todd: O Barbeiro Demoníaco da Rua Fleet

O expressionismo alemão ainda ecoa em muitas produções atuais

ESCREVER sobre cinema é complicado. Além de existirem muitos dados e relatos sobre o assunto – e não dá pra contar tudo – também vemos opiniões e críticas muito contraditórias surgindo todos os dias acerca dos filmes, das vanguardas, da fotografia, da montagem, dos efeitos especiais, da atriz mais gostosa da vez e por aí vai.

Um das coisas que mais me intriga é a aversão – ou até mesmo preguiça – que algumas pessoas criaram com relação ao cinema mudo ou sobre a própria história do cinema. Ok, não somos obrigados a amar o que foi feito para uma sociedade da década de 20, mas será que não existe nenhuma curiosidade em entender de onde surgiram as ideias, os argumentos, as histórias, os personagens e mais um monte de elementos dos filmes atuais que tanto nos emocionam?

Não digo que tudo que achamos foda hoje é cópia barata de alguma coisa feita no passado. Mas é interessante entender que existe uma evolução e que as famosas referências ajudaram a gerar a riqueza artística do cinema. Sobre isso, tomo como exemplo uma corrente cinematográfica bem popular, do fim da Primeira Guerra Mundial: o expressionismo alemão.

É muito interessante como cada sociedade responde à épocas de crise ou de desilusão. Pros alemães, o jeito foi colocar pra fora – e de uma maneira bem única – todo o conflito emocional que estava entalado na garganta. Quando se vive em um país destruído pela guerra, sem muitos recursos para a importação de cultura, o jeito foi partir pra produção nacional. Em cima disso, os cineastas e

roteiristas não tinham mais desejo ou até perspectiva de explorar a realidade, já que na época a realidade era muito cruel, cheia de desilusão, sofrimento e miséria. Em cima disso, a criação não se baseava mais no que se via propriamente dito, mas no que se sentia.

“O expressionista já não vê, mas tem “visões”. Ou seja, a realidade não é mais contemplada segundo os dados dos sentidos, mas o homem consegue tão somente projetar “visões” subjetivas e interiorizantes do Real.” –Revista ContraCampo

O termo, como já se imagina, origina-se da vanguarda artística nas artes plásticas – que foi se dissipando para a música, literatura etc – muito marcada por artistas como Edvard Munch e Franz Marc. A partir dessa inspiração surge então uma experiência cinematográfica autoral e sofisticada que explora temas como a magia, o sombrio, o macabro, a introspecção e a loucura. Reflexo de uma necessidade de expressão emocional.

Para entender melhor os fundamentos desse movimento, vale a pena prestar atenção em três pontos principais. Como um ótimo exemplo temos o Gabinete do Dr. Caligari, filme que marcou o início do expressionismo alemão no cinema.

Estratégias com relação à composição: Cenografia, fotografia e mise-en-scène

Embora causadas por diferentes fatores, como as referências pictóricas ou a limitação de recursos, todas essas experiências com a composição visavam captar “estados de alma” com base em aspectos visuais. O que passa a acontecer no visual do expressionismo é a inserção de uma série de elementos de forma a representar o inconsciente dos personagens.

Tudo é muito estilizado: maquiagem, cenários, figurinos etc. Nos filmes expressionistas, a plasticidade dos personagens e dos objetos era símbolo do drama do ambiente – fosse para expressar loucura, terror, medo – uma deformação expressiva a fim de relatar os sentimentos dos personagens que estavam vivenciando aquele momento de agonia. Muitas vezes, a construção desses lugares deformados e fantasiosos causavam a impressão de que uma pintura expressionista havia ganhado vida. A arquitetura dos cenários, inclusive da natureza, vira um elemento narrativo forte, por conta dessa figuração dos sentimentos do personagem no momento da cena.

Esse recurso, ao longo da história do cinema, continuou sendo desenvolvido, fosse pela escolha das cores do ambiente como, por exemplo, uma cena muito violenta marcada por tons de vermelho, pela fotografia, pelo enquadramento etc.



O vermelho como elemento narrativo, simbolizando a violência da cena em Dracula

Inclusive, pela falta de grana na Alemanha pós-guerra, muitas locações eram pintadas com tinta branca e preta afim de criar um jogo de luzes e sombras. Esse artifício funcionava para reforçar a “deformação expressiva” da cena, embora a grande responsável pela exploração do contraste claro-escuro fosse a fotografia. Com um jogo contrastante de luz e sombra

na iluminação, o expressionismo também consegue intensificar a narrativa, deixando bem clara a diferença entre momentos alegres – super iluminados, sem muito contraste – e momentos assustadores, sombrios, misteriosos ou depressivos – luz e sombra tão distintos que muitas vezes causavam uma sensação de deformidade na visão.

Uma das experimentações mais emblemáticas na fotografia do expressionismo alemão foi o uso das sombras como elementos narrativos. A experimentação na cena de Nosferatu, onde o vampiro ataca o coração da pobre Ellen. É um marco. Nela, além de criar medo no espectador com a aproximação do vampiro – marcada pela sua sombra subindo a escadaria da casa – ocorre a exploração da fantasia e do sobrenatural quando a sombra da mão do vampiro faz a função de atacar o coração de Ellen. Mesmo sem sangue derramado, a cena conseguiu ser aterrorizante para a época.

Temática Recorrente: situações dramáticas e tipos de personagens

Resumindo em duas palavras: drama fantástico. Os temas dos filmes, em sua maioria, se ligavam à literatura fantástica e romântica. Havia uma recorrente preferência por um mundo imaginário e romântico – não o de amorzinho, o movimento artístico mesmo. Até então, a exploração da fantasia no cinema se só se destacava com as obras de Georges Méliès, como em *A viagem à Lua*.

Percebe-se que, nos filmes expressionistas, há uma centralização nos conflitos internos de um personagem e a presença de vilões fantásticos, destituídos de bondade e isolados nas suas *egotrips* de poder e crueldade. Por conta desses personagens caricatos e emocionalmente instáveis – muitas vezes reforçados pela presença de jogos de espelhos, magia e outros elementos fantásticos – havia grande gosto por retratar a insanidade no seu mais puro estado – o que alguns críticos chamam de “desdobramento demoníaco”. Além de psicopatas, o expressionismo alemão lidava com monstros, criaturas deformadas e ameaçadoras. Os vilões caricatos e maniqueístas dominavam essa vertente.



Dr. Caligari na camisa de força: a loucura era um elemento muito presente

Será que qualquer semelhança com os personagens de alguns filmes de hoje é mera coincidência? *"O homem que ri"*, filme pós-expressionista, pode ter sido um dos primeiros a fazer uso da deformação do riso em algo macabro. Nele, por ordem de um rei cruel, um jovem é desfigurado num perpétuo riso forçado, o que o torna uma atração de circo, o famoso palhaço. A temática dramática normalmente envolvia o surgimento de algum desses vilões demoníacos que torturavam a mente e até mesmo o corpo de personagens cujas vidas eram harmoniosas. O que os levava à finais que envolviam loucura, sofrimento e morte.

Estrutura Narrativa: modo de contar as histórias e de organizar os fatos

Uma vez eu li em um livro essa explicação para a estrutura expressionista:

"Narrativas oblíquas que encorajam a especulação e frustram qualquer tentativa de explicação definitiva."

Ou seja, as histórias deixavam você muito tenso, sem saber o que pode acontecer pois o envolvimento emocional é muito grande. Assim, a ordem dos acontecimentos se torna ideal para criar esse tipo de envolvimento. Resumindo: surge um formato de organização dos fatos que antecede o suspense.

O suspense surgiu a partir da exploração de diversas narrativas, sendo uma delas o expressionismo alemão. Um exemplo é o filme *"M – O vampiro de Dusseldorf"*. Neste filme, o espectador descobre quem é o assassino da história antes dos próprios personagens, gerando uma forte tensão ao longo da história pois vemos o assassino se aproximando de suas próximas vítimas e fugindo da polícia, o que gera a famosa sensação da "bomba relógio embaixo da mesa de jantar" usada por Hitchcock em várias de suas obras, como em *"O festim diabólico"*.



Luz, sombra, perspectiva distorcida. Tudo aí

"Se explodirmos repentinamente uma bomba numa sala com dez pessoas, a emoção durará dez segundos. Mas anuncie que uma bomba irá explodir e o suspense durará até o fim." – Alfred Hitchcock

Um marco importante nesse momento da construção da história foi a abolição de muitos letreiros explicativos nos filmes. Abrindo espaço para interpretação subjetiva do espectador e para gerar tensão ao longo da narrativa.

Percebe-se a presença da narrativa moldura – uma história inserida em outra – normalmente usada por relatos, com um personagem contando sua história trágica ao outro. Normalmente ela é usada no expressionismo para justificar o caráter fantasioso das histórias. É a velha história de pescador, onde o contador pode estar exagerando alguns fatos por ser sua visão subjetiva da história. Filmes como *"Peixe Grande"* usam desse artifício.

O expressionismo alemão, embora vigente por pouco tempo, se tornou uma fonte muito vasta para o que depois seriam os filmes do cinema *noir*, e depois para gêneros como suspense, terror, fantasia, entre outros. É interessante ver alguns filmes e já começar a perceber sua mutação em novos estilos, personagens e linguagens. Deixo aqui uma breve lista com os filmes mais marcantes do expressionismo alemão e também alguns pós-expressionistas:

- *Gabinete do Dr. Caligari* (*Das Cabinet des Dr. Caligari*, 1912, Alemanha, 78 min.) Direção: Robert Weiner
- *Golem* (*Der Golem*, 1920, Alemanha, 98 min.) Direção: Paul Wegener
- *Nosferatu* (*Nosferatu*, 1922, Alemanha, 94 min.) Direção: F.W. Murnau
- *A Última Gargalhada* (*Der Letzte Mann*, 1924, Alemanha, 91 min.) Direção: F. W. Murnau
- *Fausto* (*Eine Deutsche Volkssage*, 1926, Alemanha, 116 min.) Direção: F.W.Murnau
- *Dr. Mabuse: O jogador* (*Dr. Mabuse: der Spieler*, 1922, Alemanha, 120 min.) Direção: Fritz Lang
- *Dr. Mabuse: O Inferno Do Crime* (*Dr.Mabuse: Ein Bild der Zeit*, 1922, Alemanha, 109 min.) Direção: Fritz Lang
- *Metrópolis* (*Metropolis*, 1926, Alemanha, 119 min.) Direção: Fritz Lang
- *M – O Vampiro de Dusseldorf* (*M*, 1931, Alemanha, 117 min.) Direção: Fritz Lang
- *Os Mil Olhos do Dr. Mabuse* (*Die 1000 Augen des Dr. Mabuse*, 1960, Alemanha Ocidental/França/Itália, 103 min.) Direção: Fritz Lang
- *Gabinete das Figuras de Cera* (*Das Wachsfigurenkabinett*, 1924, Alemanha, 65 min.) Direção: Paul Leni, Leo Birinsky
- *Homem que ri* (*The Man Who Laughs*, 1928, EUA, 110 min.) Direção: Paul Leni
- *Estudante De Praga* (*Der Student Von Prag*, 1926, Alemanha, 91 min.) Direção: Henrik Galeen

LUIZA DE CASTRO é amante de cinema, fotografia, design e fofurices. Adora aprender coisas novas, valoriza os amigos e pessoas queridas e sempre topa uma boa cerveja. É a melhor videomaker do PapodeHomem. Em breve, mais informações. Site <http://papodehomem.com.br>, Março de 2013.

Judicialização da política no Brasil (LUIZ MOREIRA)

A substituição da legitimidade do sistema político pela aristocracia do sistema de justiça revela o grande paradoxo em que vivemos: prescindir da democracia numa época em que se alcança uma liberdade segmentada, seja como consumidor, como usuário ou como eleitor



A judicialização da política alcançou patamares alarmantes no Brasil. Sob o argumento de que vivemos sob uma democracia de direitos, o sistema de justiça passou a tutelar todas as áreas, interferindo em políticas públicas, imiscuindo-se no mérito do ato administrativo, desbordando de suas competências para envolver-se com assuntos que violam assim a autonomia dos poderes políticos, tudo submetendo ao jurídico. Essa tentativa de colonização do mundo da vida pelo jurídico se realiza mediante um alargamento do espectro argumentativo, desligando a argumentação jurídica de qualquer vinculação à lei.

Os tribunais e a democracia

Hoje, a legitimidade da democracia no Ocidente decorre dos tribunais constitucionais. Conforme esse modelo não apenas ocorre a judicialização da política, mas sua conseqüente criminalização, chegando-se à conclusão de

que a democracia emana do direito. Esse quadro teórico contraria todo o projeto libertário contido na modernidade.

O sentido da modernidade estabelece-se com a elevação da crise à estrutura racional, tanto no patamar teórico como no prático, como é expresso por Newton na física e por Kant na filosofia. Não havendo mais oráculos para consultar nem sacralidades donde se deduzem respostas, as decisões passam a ser dos cidadãos, que, associadamente, são plenipotenciários. Não se trata de simples separação do poder em esferas autônomas, conforme uma organização horizontal, mas de estabelecer uma verticalidade, com a qual o exercício funcional do poder se submete à soberania popular. Para ser legítimo, o Estado se submete ao poder dos cidadãos, e estes atribuem aos poderes políticos a direção dos negócios estatais. Como não há Estado legítimo sem democracia, é o governo democrático que atribui legitimidade às manifestações estatais.

Os tribunais constitucionais são criados por meio de um ato político decorrente da vitória norte-americana na Segunda Guerra Mundial. Passada a guerra, a fim de esmagar a diversidade cultural, as distintas visões de mundo, e submeter todos a uma mesma orientação, os Estados Unidos impuseram aos vencidos a adoção de tribunais constitucionais. O exemplo

alemão é marcante. Sem eleições nem democracia foi outorgada uma Lei Fundamental e criado o tribunal constitucional na Alemanha. Como compatibilizar a existência de um tribunal dito constitucional se não há Constituição? A resposta é simples: o exercício funcional do poder pode perfeitamente ser jurídico sem ser democrático.

O modelo dos tribunais constitucionais foi imposto à Europa como forma de enfrentar regimes totalitários, mas houve algo profundamente nazista que sobreviveu à guerra. Trata-se de orientação presente nas cartas do ministro da Justiça do Reich destinadas aos juízes alemães: o apelo ao contorno às leis, às suas prescrições, e sua substituição pela concreção dos ideais nazistas que deveria ser operada pelos juízes. O que se pretendeu com isso? Estabelecer o primado da interpretação judicial sobre a lei. O propósito é claro: trata-se de conferir supremacia política à interpretação realizada pelo Judiciário, operada por uma argumentação sem peias. Ao magistrado é conferido o papel de oráculo. Vivia-se a quebra de paradigmas com a entronização do particular sobre o universal.

Tema dos mais candentes nas democracias é o exercício legítimo do poder e o *modus* como se realiza sua contenção. Estabelece-se uma estrutura majoritária (a política) e uma contramajoritária (a judiciária). Desse modo, nas democracias, direitos são reconhecidos pelos poderes políticos e defendidos pelo sistema de justiça. Há assim uma tarefa positiva e outra de contenção. A democracia subordina o poder político aos cidadãos, numa estrutura verticalizada. Assim, direitos são reconhecidos por uma estrutura majoritária em que as deliberações dos poderes representativos espelham, por vezes, contraditórias manifestações de vontade. A isso se chama “soberania popular”, e é esta que torna legítimo o poder estatal.

O dever de contenção é exercido pelo sistema de justiça. A tarefa do Judiciário é garantir que os direitos e as garantias fundamentais sejam efetivados enquanto perdurar o marco jurídico que os instituiu. Assim, o Judiciário é, por definição, garantista. Nesta seara uma diferenciação foi introduzida no Brasil, em 1988, com as prerrogativas conferidas ao Ministério Público, pelas quais lhe cabe promover direitos. Passa a haver uma divisão de tarefas, cabendo ao Judiciário agir conforme um padrão de inércia e ao Ministério Público promover as ações necessárias ao cumprimento das obrigações jurídicas.

Essa diferenciação é especialmente relevante no direito penal e no tributário, pois, como se trata da defesa da liberdade e da propriedade, as funções se especializam em decorrência da exigência de as vedações estarem rigorosamente previstas no ordenamento jurídico. Na seara penal, o Judiciário age como a instância que garante as liberdades dos cidadãos, exigindo que o acusador demonstre de forma inequívoca o que alega. Ao acusador cabe produzir o arsenal probatório apto a efetuar a condenação. Aos cidadãos é deferida a perspectiva de defender-se com os meios que lhes estiverem ao alcance. Garante-se, nesses casos, uma imunidade conceitual erguida para salvaguardar as liberdades do cidadão ante o poder persecutório do acusador.

Ora, como é o Estado que promove a acusação, por intermédio de um corpo de servidores constituído especificamente para esse fim, ao Judiciário cabe submeter a acusação ao marco da legalidade estrita. Isso ocorre para garantir as liberdades e tem o Judiciário como seu guardião. É essa divisão de tarefas que dá legitimidade ao sistema de justiça. Caso contrário, por que as decisões judiciais seriam cumpridas? Por que elas seriam respeitadas? Por que então os próprios cidadãos ou antes da sociedade civil não resolveriam por si mesmos tais conflitos? É o reconhecimento de um papel garantista que confere ao Judiciário o acolhimento de suas decisões. Já o reconhecimento da atuação do Ministério Público se vincula à promoção das obrigações jurídicas.

Desse modo, não se atribui ao Poder Judiciário o “fazer” justiça. O que se lhe atribui é o desempenho de um papel previamente estabelecido, pelo qual “fazer justiça” significa o cumprimento correto dos procedimentos estabelecidos pelo ordenamento jurídico. A legitimidade do sistema de justiça decorre de sua atuação técnica e de seu respeito a uma ordem jurídica na qual as obrigações jurídicas são democraticamente formuladas. Justifica-se o cumprimento das obrigações jurídicas e das decisões judiciais pela expectativa de que estas se realizem conforme uma correção procedimental não sujeita a humores, arbitrariedades ou imprevisibilidades.

Embora o desempenho desses papéis seja formalmente estabelecido, eles existem em razão de uma autorização expressa dos cidadãos que lhes infundem legitimidade. É assim que Montesquieu se vincula a Locke, submetendo o exercício horizontal do poder à democracia, isto é, à soberania popular. São a previsibilidade e a imputabilidade universal das obrigações que legitimam a atuação do Poder Judiciário e lhe atribuem um papel previamente delimitado. Assim, é absolutamente incompatível com o regime democrático um Judiciário que pautе suas decisões por critérios extrajurídicos, conforme uma tradição aristocrática. Cabe ao Judiciário limitar-se ao cumprimento de seu papel constitucional, distanciar-se da tentativa de constatar as vontades, aplicar aos jurisdicionados os direitos e as garantias fundamentais, sendo, por isso, garantista e contramajoritário.

O poder da Assembleia Constituinte e o poder do Parlamento

O poder que torna possível a Constituição torna possível também os códigos e as leis. Assim, o que distingue o poder constituinte do processo legislativo é a autorização expressa (o voto) dos cidadãos, dotando a Assembleia Constituinte do poder necessário para constituir todas as relações. Sua autoridade criativa repousa mais na atribuição dada aos constituintes para criarem uma nova realidade jurídica do que em um ato fundante. Assim, os cidadãos são livres e plenos de poderes para fazer tantos atos fundadores, constituintes, quanto acharem conveniente.

Por conseguinte, são os sujeitos de direito, em ato soberano, que conferem existência e autorizam o exercício do poder constituinte. Desse modo, este não é sede de poder algum, detém apenas o exercício de uma faculdade que emana diretamente dos cidadãos: a de atribuir um sentido às normas e estruturá-las conforme o sentido atribuído.

Fundando-se no poder dos cidadãos, tanto o processo constituinte quanto o processo legislativo permitem a atualização de um poder que estrutura a liberdade e a assegura por meio de um ordenamento conceitualmente concatenado. O processo constituinte e o processo legislativo decorrem da soberania popular e, como formas de exercício da representação do poder político circunscrito apenas aos cidadãos, não se distinguem entre si, pois o mandato de ambos é obtido da mesma fonte, ou seja, dos cidadãos.

A transformação da Assembleia Constituinte em instância apartada da política resultou em uma engenharia institucional em que a representação do poder é deslocada das instâncias que decorrem do voto para as instâncias judiciárias, pois caberia às cúpulas dos tribunais e ao Ministério Público garantir a efetividade da Constituição. A interpretação constitucional fecha o circuito da judicialização da vida, substitui o espaço da política ao atribuir sentido às normas e submete a democracia deliberativa ao processo judicial. Acoçada por um sistema jurídico que entende o Parlamento como maculador da pureza herdada da Assembleia Constituinte, a sociedade vê-se desprovida de formas de expressão de sua vontade e de sua representação, substituídas por um ativismo do Judiciário e do Ministério Público, que passa a ser o titular da formulação, da interpretação e da efetividade das normas, reunindo, sob seu arbítrio, as prerrogativas legislativas, judicativas e executivas. Esse Estado de exceção ganha efetividade através de três passos.

Primeiro, com a judicialização da política, operada pela submissão dos poderes políticos aos tribunais e ao Ministério Público; segundo, com o protagonismo da justiça eleitoral, que transforma as eleições de ato político em jurídico, nas quais os candidatos são substituídos pelos juízes e promotores eleitorais; e terceiro, com a submissão da política à técnica, mediante a dicotomia entre Estado e governo, formulada para a blindagem das carreiras de Estado ante o resultado das urnas.

Democracia no Brasil: um projeto inacabado

A judicialização da política se estabelece tanto com a burocratização das decisões cotidianas como com a exclusão dos que são investidos pelo voto para tomá-las. A substituição da legitimidade do sistema político pela aristocracia do sistema de justiça revela o grande paradoxo em que vivemos: prescindir da democracia numa época em que se alcança uma liberdade segmentada, seja como consumidor, como usuário ou como eleitor. Acreditando que a liberdade se realiza no conjugar das particularidades, o homem moderno foi privado de sua cidadania, até o limite em que se converteu em jurisdicionado.

Há uma afirmação muitas vezes repetida e pronunciada como "mantra" pelos juristas no Brasil: "Cabe ao STF errar por último". Esse poder de errar por último blindaria suas decisões à crítica, tornando-as indisponíveis, inquestionáveis. Disso decorre outro dogma segundo o qual "decisões judiciais não se discutem, cumprem-se". Essas posições indicam clara supremacia judicial, resultando em protagonismo do sistema de justiça sobre os poderes políticos.

Posições como essas são inconciliáveis com regimes democráticos, servindo de fundamento à confusão proposital que se faz entre Estado de direito e democracia ou entre Estado de direito e Estado democrático de direito, como se, no caso brasileiro ou em todos os demais, as ditaduras do século XX não tivessem sido todas constitucionais, mantidas com estrita colaboração do sistema de justiça, isto é, pelo Judiciário e pelo Ministério Público.

Nesse sentido, então, é preciso desinterditar a política no Brasil. Assim, creio ser fundamental adequar o cenário institucional à democracia, estruturando os poderes segundo uma lógica vertical, conforme o princípio da soberania do povo. Por isso, é imprescindível que a política seja desinterditada e para tanto é preciso estabelecer um novo marco para as relações institucionais, de modo a oferecer saídas (1) no campo do direito administrativo, especificamente no que diz respeito à caracterização da improbidade administrativa; (2) na gestão pública, relativamente ao conceito de legalidade e de moralidade; e (3) na esfera política, aplicando a separação dos poderes à justiça eleitoral.

LUIZ MOREIRA é Doutor em Direito e mestre em Filosofia pela UFMG e diretor acadêmico da Faculdade de Direito de Contagem (MG). **Jornal LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL, Março de 2013.**

Lucas Rocha